PROTOCOLO GERAL

NUP: 64012.002393/2022-53

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXERCITO BRASILEIRO

ASSUNTO

Dispensa de Licitação 25/2022 NE 180

17º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA
(BASE LOGÍSTICA CAPITÃO-GENERAL LUIZ DE ALBUQUERQUE DE MELO PEREIRA E CÁCERES)

SEÇÃO VOLUME I **2022**

INTERESSADO: Sr. Cel ROSSINALDO BEZERRA DA SILVA – Cmt 17º B Log Sl

ASSUNTO: Contratação do SENAI/RO para curso de operador de empilhadeiras. Dispensa de Licitação conforme Art 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93.

ANEXOS: Processo da dispensa de licitação 25/2022.

MOVIMENTO DO PROCESSO

DESTINO	DATA			DESTINO	DATA		
1				19			
2				20			
3				21			
4				22			
5				23			
6				24			
7				25			
8				26			
9				27			
10				28			
11				29			
12				30			
13				31			
14				32			
15				33			

ÍNDICE

DOCUMENTO	FOLHAS
1-Pasta do Processo, com Capa, com NUP	-
2- Publicação da Equipe de Planejamento	01
3-DIEx Requisitório	02
4-Despacho de Autorização do OD	03
5 -Nota de Crédito	04
6- Estudo Técnico Preliminar	05
7- Relatório da Pesquisa de Preço	09
8 – Proposta Técnica Comercial SENAI-RO	12
9- Documento de Formalização da Demanda	16
10- Mapa de Risco	18
11-Termo de Referência Simplificado	20
12- Parecer Jurídico nº 246/2021 – Diretoria Jurídica	25
13- Regularidade Fiscal/Trabalhista do SENAI-RO	30
14 – Parecer n. 01777/2022/ADV/E-CJU/SSEM/CGU/AGU	34
15 – Despacho saneador ao Parecer n. 01794/2022/ADV/E-CJU/SSEM/CGU/AGU	48
16 – Lista de verificação AGU para Dispensa de Licitação	49
17 – Requisição retificada	52
18 – Carta Interna – SENAI sobre subcontratação de serviço	55
19 – Comprovação que o SENAC (Sistema "S") não tem curso de operador de empilhadeiras	56
20 – Habilitação do Fornecedor	61
21 – Proposta Atualizada	65
22 – Nota de Empenho 2022NE000180	68

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
17º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA
(BASE LOGÍSTICA CAPITÃO-GENERAL LUIZ DE ALBUQUERQUE DE MELO PEREIRA E CÁCERES)

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 24/2022
NUP 64012.002393/2022-53

Em conformidade com o disposto no Art. 38 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, faço a abertura nesta data, do Processo Administrativo referente à licitação acima indicada, cujo objeto e recursos estão definidos no DESPACHO DO OD, do DIEx nº 93-Depósito CL I/COL/Cmt.

Porto Velho-RO, 25 de maio de 2022.

JOSÉ DENIS LIMA DE OLIVEIRA – 1º Ten
Chefe da Seção de Licitações e Contratos do 17º Batalhão Logístico de Selva

Em consequência, a SALC confeccione o processo de dispensa de licitação, amparado no inciso VIII, doartigo 24, da Lei 8.666/93.

1. Abertura de processo:

Em despacho datado, de 25 MAIO 22, o Ordenador de Despesas determina a abertura de processo dedispensa de licitação, NUP: 64012.002393/2022-53, com amparo no Art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, objeto do DIEx Nr 91 - CL I/17º B Log Sl, de 24 de maio de 2022 - contratação do SENAI/RO para ministrar curso de operador de empilhadeiras, para 30 militares.

Em consequência, a SALC confeccione o processo de dispensa de licitação, amparado no inciso XIII, doartigo 24, da Lei 8.666/93.

e. Exame de Pagamento de Pessoal – 1ª Fase

1. Designo os militares, abaixo, sob a chefia do primeiro, para realizarem o Exame de Pagamento de Pessoal do mês de **junho de 2022**, bem como o exame do cadastro de beneficiário do FUSEx.

2. A fim de cumprir o previsto no §13, Art 4º, da Port nº 02-SEF, de 3 FEV 14 (EB90-N-02.001), designo o 3º Sgt LUCAS SILVA **SALVAGNI**, a fim de acompanhar os trabalhos desenvolvidos pela Equipe de Exame de Pagamento de Pessoal, e verificar se as alterações do Relatório de Exame de Pagamento de Pessoal, do mês anterior, foram solucionadas, bem como viabilizar o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos, assegurando que os problemas pendentes sejam solucionados, ou, caso contrário, que sejam tomadas as medidas cabíveis para solução.
3. A equipe deverá observar os prazos estabelecidos, conforme previsto na Port nº 02-SEF, de 3 FEV 14 (Exame de Pagamento), e Port nº 163-DGP, de 9 JUN 09 (Exame do CADBEN).

Asp GABRIEL FERREIRA **FLORES**
2º Sgt **ELTON** ATAÍDE DA SILVA SOUZA
3º Sgt ANTÔNIO AMADEUS SANCHES **NOGUEIRA** SOUZA

Em consequência:

a) o Chefe da 1ª Seção deverá providenciar a entrega da relação nominal dos militares, cadastrados no SiCaPEx, ao Chefe da Equipe;
b) o Chefe da Seção de Saúde deverá prestar os esclarecimentos necessários ao Chefe da Equipe;
c) o Chefe da Equipe deverá cumprir o calendário previsto nas portarias supracitadas; e
d) os interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.

5. VALE DE ETAPAS E RAÇÕES

SAQUE DE QUANTITATIVOS E COMPLEMENTOS REFERENTES A ETAPAS COMPLETAS - Ordem

Para o dia 27 MAIO 22			
a.Quantitativos		b. Complementos	
CL DE EFETIVO	QUANTIDADE	CL DE EFETIVO	QUANTIDADE
Of	11	Of	18
S Ten/Sgt	41	S Ten/Sgt	27
Cb/Sd	72	Cb/Sd	49
CAFÉ: 28	ALMOÇO: 15	JANTAR: 15	

Em consequência os interessados tomem conhecimento, e adotem as medidas administrativas decorrentes

FL Nº 01

4. DIVERSOS

a. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do Art. 21, inciso II, da Instrução Normativa 5, de 26 de maio de 2017, da Secretária de Gestão do Ministério da Economia, ficam definidos os militares, responsáveis pela Equipe de Planejamento da Contratação, no ano de 2022:

Cap DOUGLAS FERNANDO BATISTA NEIS - Chefe do Centro de Operações Logísticas;
Cap LEONARDO TAVERNEZI - Chefe do Laboratório de Inspeção de Alimentos e Bromatologia;
Cap VELASQUEZ TAMARA SOLTO DE LIMA - Chefe da 3ª Seção;
1º Ten PHILIPE SANTOS FERREIRA - Encarregado do Setor de Material;
1º Ten ÁVYLA FONSECA DE MEDEIROS - Chefe do Classe I;
2º Ten KERLANNY DOS SANTOS COQUEIRO BELÃO - Adj do Laboratório de Inspeção de Alimentos e Bromatologia;
S Ten AGILDO CICERO DA SILVA SANTANA - Aux do Fiscal Administrativo;
S Ten JOÃO ANTÔNIO ALMONDES DE SOUSA - Adj do Classe I;
S Ten GIULIANO DE OLIVEIRA BUCKOSKI - Cmt do Pelotão de Manutenção e Transporte;
S Ten RAIMUNDO GOMES VIEIRA - Aux do Fiscal Administrativo;
S Ten EDJON TAKACHI LEONARDO JITSUKUMA - Adj do Almoxarifado;
1º Sgt ALTAMIR REIS VIEIRA - Aux do Pelotão de Manutenção e Transporte;
1º Sgt LUIZ ANTONIO DOMINGOS SEBASTIÃO - Aprovisionador;
2º Sgt ELTON ATAÍDE DA SILVA SOUZA - Aux do Almoxarifado;
2º Sgt SAULO DE PAULA BARBOSA - Aux da Seção de Saúde;
2º Sgt SIMÃO LINHARES PEREIRA - Aux do Aprovisionador;
3º Sgt ALANE FERREIRA SILVA - Aux do Almoxarife;
3º Sgt ALBERT STENIO SANTOS GIUNCHETTI - Aux da 3ª Seção;
3º Sgt LANDERSON JERNES VIEIRA BELARMINO - Chefe da Seção de Informática;
3º Sgt ERICKSON IBIAPINO DA SILVA - Aux do Centro de Operações Logísticas;
3º Sgt FRANCIELE MARQUES DA SILVA - Aux do Pelotão de Manutenção e Transporte;
3º Sgt KÁSSIO CEZAR NITSCHKE - Aux do Pelotão de Manutenção e Transporte;
3º Sgt ANTÔNIO AMADEUS SANCHES NOGUEIRA SOUZA - Chefe do Pelotão de Obras;
3º Sgt FERNANDO SNOVARESKI BARBOZA - Aux do Centro de Operações Logísticas;
3º Sgt WALEF SANTOS LIMA - Aux do Classe I.

Cap LEONARDO **TAVERNEZI**
Cap **DOUGLAS** FERNANDO BATISTA NEIS
Cap QAO **VELASQUEZ** TÂMARA SOUTO DE LIMA
1º Ten **ÁVYLA** FONSECA DE MEDEIROS
1º Ten PHILIPE DOS SANTOS **FERREIRA**
2º Ten **KERLANNY** DOS SANTOS COQUEIRO BELÃO
ST JOÃO ANTÔNIO **ALMONDES** DE SOUZA
ST RAIMUNDO **GOMES** VIEIRA
ST EDJON **TAKACHI** LEONARDO JITSUKUMA
ST **AGILDO** CICERO DA SILVA SANTANA
1º Sgt **LUIZ ANTONIO** DOMINGOS SEBASTIÃO
1º Sgt **ALTAMIR** REIS VIEIRA
2º Sgt **SIMÃO** LINHARES PEREIRA
2º Sgt **ELTON** ATAÍDE DA SILVA SOUZA

FL Nº 02

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
17º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA
(BASE LOGÍSTICA CAPITÃO-GENERAL LUIZ DE ALBUQUERQUE DE MELLO PEREIRA E CÁCERES)

REQUISIÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE CURSO DE OPERADOR DE EMPILHADEIRAS

DIEx nº 093– Depósito CL I/COL/Cmt
EB – 64012.002393/2022-53
Porto Velho, 24 de maio de 2022.

Do Cmt do Pel CL I.

Ao Sr Ordenador de Despesas

Assunto: Contratação de serviço para curso de operador de empilhadeira, conforme Art 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93.

Anexos:
- 2022NC401456 / COLOG;
- Estudo Técnico Preliminar;
- Relatório de Pesquisa de Preços;
- Documento de Formalização da Demanda; e
- Mapa de Riscos;
- Termo de referência Simplificado; e
- Parecer Jurídico nº 246/2021 – SENAI/RO.

1. Nos termos contidos no Art. 13 das IG 12 - 02, aprovadas pela Port Min Nº 305 de 24 Mai 95, solicito providências no sentido de aprovar a seguinte despesa com prestação de serviço especificado, a fim de atender necessidades desta Organização Militar.

2. A referida solicitação tem por finalidade contratar empresa especializada em manuseio de empilhadeiras, pois o 17º Batalhão Logístico de Selva tem como função síntese o transporte de gêneros alimentícios frios e secos para os quarteis da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, quarteis estes sediados nos estados de Rondônia, Acre e sul do Amazonas. Visando melhorar o embarque e desembarque de gêneros, o 17º B Log Sl possui 2 (duas) empilhadeiras de 3.0 e 3.5 Ton, mas poucos militares são capacitados para operar tal equipamento, com isso é necessário a realização do curso por mais militares. Vale destacar que pela complexidade do equipamento, é essencial que seja realizado um curso de especialização complexo, pois o mau uso do equipamento pode danificar o mesmo ou trazer riscos a integridade física de quem o opera.

3. O serviço contratado está presente no plano de gestão da OM, OE - 3 - Aumentar a efetividade na gestão do bem público.

FL Nº 03

4. A contratação do curso será realizada com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI/RO, sendo uma entidade privada de formação profissional, sem fins lucrativos, caracterizado como um serviço social autônomo, não integrante da administração pública direta, nem indireta, vinculada aos sistema sindical patronal e sob a administração superior da confederação nacional da indústria – CNI, conforme disposto no Art. 240, da CF, criado pelo Decreto – Lei nº 4048, de 22.01.42, e regulamentado pelo decreto nº 494, de 10.01.62.

5. A Dispensa de Licitação será amparada no Art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93, conforme a seguir:

> "Art.24 – é dispensável a licitação: XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos "

DISPENSA DE LICITAÇÃO
03.783.989/0001-45 – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL.

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DO SERVIÇO	UND FORN	QNT	MENOR VALOR	VALOR TOTAL
01	TRANSPORTE, MOVIMENTAÇÃO E MANUSEIO – SEGURANÇA PARA OPERADOR DE EMPILHADEIRA 20H PRESENCIAL.	SV	1 (30 Alunos)	R$ 3.600,00	R$ 3.600,00
VALOR TOTAL DA REQUISIÇÃO					R$ 3.600,00

ÁVYLA FONSECA DE MEDEIROS – 1º Ten
Cmt do Pel CL I do 17º B Log Sl

DESPACHO DO FISCAL ADMINISTRATIVO

1.O referido serviço necessita ser contratado.

2. Para fins do Art 38 da Lei 8.666, de 21 Jun 93, empregar os recursos conforme nota de crédito em anexo, na natureza da despesa 339039.

Porto Velho - RO, 24 de maio de 2022.

BRUNO DE SÁ JERÔNIMO – MAJ
Fisc adm do 17º B Log Sl

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

1. Autorizo a contratação do serviço por meio de dispensa de licitação.

2. A SALC realize o empenho da despesa conforme Art 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93.

3. Publique-se em Boletim Administrativo, se for o caso.

Porto Velho - RO, 25 de maio de 2022.

ROSSINALDO BEZERRA DA SILVA – CEL
Ordenador de Despesas do 17º B Log Sl

SIAFI2022-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL)

08/03/22 15:44 USUARIO: FERNANDO

DATA EMISSAO : 19Jan22 VALORIZACAO : 19Jan22 NUMERO : 2022NC401 FLS Nº 04

UG EMITENTE : 160504 - CENTRO DE OBTENÇÕES DO EXÉRCITO - GESTOR

GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL

UG/GESTAO FAVORECIDA : 160350 / 00001 - 17A BA LOG

OBSERVACAO

(001180-17ª BA LOG)DABST-SGLSUBS-PLJ-MNT OP DSP ORDINÁRIA. OBSERVAR REGRAS PDR LOG-A6(DSP ATV CL I OP). REF: LIVRO PDR LOG 2022. EMPH IMEDIATO.

NUM. TRANSFERENCIA :

EV.	ESF	PTRES	FONTE	ND	SB	UGR	PI	VALOR
300063	1	193894	0100000000	339039		160504	E6SUPLJA6OP	100.000,00

LANCADO POR : [redacted] - ALVIM UG : 160504 19Jan22 10:50

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

Estudo Técnico Preliminar (ETP)

FL Nº 05

1. Informações Básicas

Número do processo: **64012.002395/2022-42**

2. Descrição da necessidade

1.1. O 17º Batalhão Logístico de Selva tem como função síntese o transporte de gêneros alimentícios frios e secos para os quarteis da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, quarteis estes sediados em Rondônia, sul do Amazonas e Acre. Visando melhorar o embarque e desembarque de gêneros, o 17º B Log Sl possui 2 (duas) empilhadeiras de 3.0 e 3.5 Ton, mas poucos militares são capacitados para operar tal equipamento, com isso é necessário a realização do curso por mais militares. Vale destacar que pela complexidade do equipamento, é essencial que seja realizado um curso de especialização complexo, pois o mau uso do equipamento pode danificar o mesmo ou trazer riscos a integridade física de quem o opera.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Pelotão CI I do 17º Batalhão Logístico de Selva	ÁVYLA FONSECA DE MEDEIROS – 1º TEN

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O material a ser adquirido deve atender aos critérios de sustentabilidade ambiental na qualidade de requisitos sustentáveis, para a empresa contratada:

- Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;
- Que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- Adotar práticas que reduzam a poluição e minimize o desperdício de recursos, quando couber, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010;
- Causar menor impacto sobre recursos naturais, como flora, fauna, ar, solo e água.

5. Levantamento de Mercado

FL Nº 06

Análise:

O Curso profissionalizante de operador de empilhadeiras tem por objetivo garantir o bom andamento das atividades de embarque de desembarque de materiais com as empilhadeiras da OM, haja vista haver as empilhadeiras, mas poucos militares capacitados para operar tal equipamento, com isso é necessário a realização do curso pelos militares a serem designados para atender as necessidades do 17° Batalhão Logístico de Selva.

6. Descrição da solução como um todo

O objeto deste estudo é a aquisição do serviço de Curso profissionalizante de operador de empilhadeiras tem por objetivo garantir o bom andamento das atividades de embarque de desembarque de materiais com as empilhadeiras da OM, haja vista haver as empilhadeiras mas poucos militares capacitado para operar tal equipamento, Com isso é necessário a realização do curso pelos militares a serem designados para atender as necessidades do 17° Batalhão Logístico de Selva. O item a serviço a ser contratado deverá ser ministrado no 17º Batalhão Logístico de Selva, localizada Avenida Pinheiro Machado, 2243, São Cristóvão, Porto Velho – RO, CEP 76.804-047. O serviço será fornecido de acordo com a proposta acordada a fim desses militares adquirirem conhecimento para conduzir as empilhadeiras tanto no bom trabalho como na segurança dos mesmos.

7. Estimativa das Quantidades a serem contratadas

As quantidades foram estimadas através de levantamento de militares não capacitados para manuseio do equipamento, **conforme tabela abaixo.**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	U FORN	QUANT
1	TRANSPORTE, MOVIMENTAÇÃO E MANUSEIO – SEGURANÇA PARA OPERADOR DE EMPILHADEIRA 20H PRESENCIAL.	UN	1 (30 Alunos)

8. Estimativa do Valor da Contratação

A metodologia utilizada foi o menor valor dos preços pesquisados.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Neste caso concreto, não se aplica o parcelamento da solução, pois após minuciosa avaliação ficou definido que o objeto do certame não é divisível, levando em consideração a inviabilidade técnica e econômica;

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O 17º Batalhão Logístico de Selva não realizou pregão que guarda relação com o objeto da compra pretendida.

10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está alinhada com o PLANO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO 2020-2023 (PEEx 2020-2023), cuja finalidade é direcionar o esforço dos investimentos da Força para o quadriênio 2020-2023, dando prosseguimento ao processo de TRANSFORMAÇÃO do Exército, garantindo a soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social, ao contribuir para alcance dos seguintes objetivos estratégicos que lhe são correlatos.

12. Resultados Pretendidos

Com a contratação do serviço que constam neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), o 17º Batalhão Logístico de Selva tem o objetivo de:

I. Capacitar nossos militares no transporte, movimentação e manuseio de empilhadeiras;
II. Aumentar o número de militares operadores de empilhadeiras;
III. Proporcionar segurança dos trabalhos com empilhadeiras, pois os militares estarão capacitados para manusear tal equipamento;

13. Providências a serem adotadas

A contratação do serviço figura-se pela necessidade de militares capacitados para manusear empilhadeiras e também pela segurança dos mesmos com o manuseio dos mesmos, com a finalidade de proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento das atividades logísticas a fins da Instituição. Os riscos referentes a esta contratação estão expostos no mapa de riscos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação do serviço não irá gerar impactos ambientais gerados por produtos com especificações inadequadas, tais como: Impactos em recursos naturais como fauna, flora, solo, ar e água; Emissão de gases e outros poluentes gerados por materiais perigosos ou tóxicos; Impactos gerados pela utilização de materiais não recicláveis e ainda com menor vida útil, etc.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante do exposto, verifica-se que a aquisição do item que consta neste estudo, nas condições e quantidades descritas, é importante para proporcionar um adequado manuseio pelos militares da

empilhadeiras e também por proporcionar segurança aos mesmos adquirindo conhecimentos sobre tal equipamento. Visto isso, constatamos a viabilidade da contratação nos moldes aqui estabelecidos.

Porto Velho – RO, 25 de maio de 2022

ÁVYLA FONSECA DE MEDEIROS – 1º TEN
Cmt do Pel CIL do 17º B Log Sl

APROVAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

ROSSINALDO BEZERRA DA SILVA – CEL
Ordenador de Despesas do 17º B Log Sl

FL Nº 09

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
17ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
17º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA

NUP: 64012.002395/2022-42

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços abaixo discriminada em cumprimento ao determinado na Lei n° 8.666/93 e demais dispositivos legais, em conformidade com a Instrução Normativa n° 65/2021 – SEGES/ME.

1. **OBJETO**: Curso profissionalizante de operador de empilhadeiras.
2. **PERÍODO DE REALIZAÇÃO**: **A ser definido após a emissão da nota de empenho, tendo em vista a disponibilidade dos militares que irão realizar o curso.**
3. **METODOLOGIA APLICADA:** o valor de referência foi aferido por meio de ( ) Média ( ) Mediana (x) Menor Preço (**R$ 3.600,00**) Outra:___
4. **FONTES DE PESQUISA**

Foi realizada a pesquisa de preços utilizando os seguintes parâmetros, observado o art. 5º da IN 65/2021 – SEGES/ME:

(x) I - Painel de Preços (http://paineldeprecos.planejamento.gov.br);

( ) II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

Não utilizado por não terem sido encontrados processos de compra passíveis de comparação em qualidade e dimensionamento que atendessem as necessidades conforme o objeto da pesquisa.

( ) III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso;

(x) IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

JUSTIFICATIVA: O Curso profissionalizante de operador de empilhadeiras tem por objetivo garantir o bom andamento das atividades de embarque de desembarque de materiais com as empilhadeiras da OM, haja vista haver as empilhadeiras mas poucos militares capacitado para operar tal equipamento, Com isso é necessário a realização do curso pelos militares a serem designados para atender as necessidades do 17° Batalhão Logístico de Selva.

FL Nº 10

1. **ANEXOS:** A documentação comprobatória contendo orçamentos que compõem a pesquisa de preços, segue anexa a este relatório.

MAPA COMPARATIVO

ITEM	DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO 1 (SENAI-RO)	PAINEL DE PREÇOS	MENOR PREÇO (ORÇAMENTO1)
01	TRANSPORTE, MOVIMENTAÇÃO E MANUSEIO – SEGURANÇA PARA OPERADOR DE EMPILHADEIRA 20H PRESENCIAL.	R$ 3.600,00	R$ 4.620,00	R$ 3.600,00

ORÇAMENTO 1: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – 03.783.989/0001-45
ORÇAMENTO 2: PAINELDE PREÇOS

Porto velho-RO, 25 de maio de 2022.

ÁVYLA FONSECA DE MEDEIROS – 1° Ten
Cmt do Pel CI I do 17° B Log Sl

Painel de Preços

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

MEDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 5.350,00	R$ 5.350,00	R$ 4.620

FILTROS APLICADOS

Descrição	Descrição Complementar	Identificação do Item de Compra	Ano da Compra
CURSO APERFEICOAMENTO / ESPECIALIZACAO PROFISSIONAL	CURSO DE OPERADOR DE EMPILHADEIRA (NR-11)\, COM CERTIFICADO DE CONCLUSÃO. CARG A HORÁRIA: 24 HORAS. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO TEÓRICO: - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL P ARA EMPILHADEIRA; - FUNDAMENTOS\, COMPONENTES\, ESTABILIDADE\, CONTROLE E INSTRU MENTOS\, DISPOSITIVOS\, PARTE E CONJUNTOS INTERNOS\, DISPOSITIVOS AUXILIARES\, NOÇ ÕES DE MANUTENÇÃO DE 1¨ ESCALÃO DA EMPILHADEIRA; -ACIDENTES NO TRABALHO: CAUS AS\, CONSEQUÊNCIAS E PREVENÇÃO; - RESPONSABILIDADES CIVIL E CRIMINAL; -NR 6 EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL; -NR 11 TRANSPORTE E MOVIMENTO DE MATE RIAIS; NR 12 SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS; - NR 2, CURSO DE FORMAÇÃO DE OPERADOR DE EMPILHADEIRA (32H)., CURSO DE OPERADOR DE EMPILHADEIRA COM MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS. CARGA HORÁRIA 40 HORAS/AULA. TURMA DE 12 ALUNOS., CURSO BÁSICO PARA FORMAÇÃO DE OPERADOR DE EMPILHADEIRA COM CARGA HORÁRIA DE 16 HORAS. OBJETIVOS: CONHECER OS TIPOS DE EMPILHADEIRAS\, APERFEIÇOAR A OPERAÇÃO E AS MANOBRAS COM SEGURANÇA E CONHECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE., CURSO DE OPERAÇÃO EM EMPILHADEIRA (32 HORAS)., CURSO DE OPERADOR DE EMPILHADEIRA (NR-11)\, COM CERTIFICADO DE CONCLUSÃO.CARGA HORÁRIA 24H.CONTEÚDO PROGRAMÁTICO TEÓRICO: - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL PARA EMPILH ADEIRA; - FUNDAMENTOS\, COMPONENTES\, ESTABILIDADE\, CONTROLE E INSTRUMENTOS\, PA RTE E CONJUNTOS INTERNOS\, DISPOSITIVOS AUXILIARES\, NOÇÕES DE MANUTENÇÃO DE 1º ESCALÃO DA EMPILHADEIRA; - ACIDENTES NO TRABALHO: CAUSAS\, CONSEQUÊNCIAS E PRE VENÇÃO; - RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL; - NR 6: EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃ O INDIVIDUAL; - NR 11: TRANSPORTE E MOVIMENTOS DE MATERIAIS; - NR 12: SEGURA NÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS; - NR 26: SINALIZAÇÃO DE SEGU	160186600009202100003, 120064060008202100003	2021, 2022

FL Nº 11

Quantidade total de registros: 2

Registros apresentados: 1 a 2

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00009/2021	00003	Dispensa de Licitação	17663	CURSO APERFEICOAMENTO / ESPECIALIZACAO PROFISSIONAL		UNIDADE	1	R$4620	SENAT SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE	COMANDO DO EXERCITO	160186 - BASE DE ADMINISTRAcãO DO QGEX	09/08/2021
00008/2021	00003	Dispensa de Licitação	17663	CURSO APERFEICOAMENTO / ESPECIALIZACAO PROFISSIONAL		UNIDADE	1	R$6080	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	COMANDO DA AERONAUTICA	120064 - ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONAUTICA	29/04/2021

Relatório gerado dia: 26/04/2022 às 15:01
Fonte: paineldeprecos.planejamento.gov.br

FL Nº 12



PROPOSTA
TÉCNICA COMERCIAL

SESI SENAI IEL

PROPOSTA TÉCNICA
COMERCIAL

SESI SENAI IEL

13

Nº 3813/2022
SENAI CETEM PORTO VELHO

Cliente

Razão Social: 17A BASE LOGISTICA
Nome Fantasia: 17A BASE LOGISTICA
CNAE: 8422-1/00
FPAS:
CNPJ: 09.545.602/0001-07
Nº de Colaboradores: 10
Nome do Responsável: ROSSINALDO BEZERRA DA SILVA
Telefone: (69) 2141-6345 /
E-mail: COL17BLOGSL@GMAIL.COM
Categoria: Governo
***Cartão Vantagem:**

Objetivo do Serviço

Qualificação Profissional.

Escopo

NR 11 TRANSPORTE, MOVIMENTAÇÃO E MANUSEIO - SEGURANÇA PARA OPERADOR DE EMPILHADEIRA 20H

Conscientizar o operador de empilhadeira para com os procedimentos de segurança de acordo com a operação, movimentação, elevação de carga e descarga, estabelecendo uma conduta profissional e segura, bem como, zelar pelo melhor desempenho e rendimento do equipamento, evitando manutenções corretivas, conforme orientação de segurança, operação e recomendação da NR 11.

ALMOXARIFE - 160h

Programar e controlar o recebimento de materiais, mediante documentação fiscal do inventário físico, armazenar materiais, mantendo atualizados os registros de localização no almoxarifado, agendando, recebendo, coletando e endereçando materiais, gerando os inventários periódicos, seguindo normas técnicas, de segurança e meio ambiente.

MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO RESIDENCIAL - 160H PRESENCIAL

Realizará manutenção de equipamentos de refrigeração e climatização residencial, Refrigeradores e Condicionadores de Ar Compacto (ACJ), seguindo procedimentos do fabricante, normas ambientais, de segurança e de saúde do trabalho.

Investimento

Serviços	Preço (R$) Unitário	Quant.	Valor total geral (R$)
NR 11 TRANSPORTE, MOVIMENTAÇÃO E MANUSEIO - SEGURANÇA PARA OPERADOR DE EMPILHADEIRA 20H PRESENCIAL	R$3.600,00	1	R$3.600,00

ALMOXARIFE – 160H PRESENCIAL	R$28.800,00	1	R$28.800,00
MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO RESIDENCIAL - 160H PRESENCIAL	R$28.800,00	1	R$28.800,00
TOTAL DA PROPOSTA			**R$61.200,00**

Esta proposta perfaz o valor de R$ **R$61.200,00 (SESSENTA E UM MIL, DUZENTOS REAIS)** a serem utilizados durante a vigência contratual nos serviços descritos no escopo da proposta.

A Soma dos serviços pagos em 01 (uma) parcela.

O pagamento deverá ser feito mensalmente até a data do vencimento que constar no boleto bancário.

O faturamento deverá ser no período de 01 a 31 de cada mês, com vencimento no dia 18 do mês subsequente.

Os valores serão cobrados conforme categoria até dezembro do corrente ano, podendo haver reajuste nos valores para o ano subsequente.

Validade da proposta

A presente proposta tem validade de 30 dias. Após este período poderá modificar quaisquer termos e condições estipuladas nesta proposta.

Informações adicionais

Turma fechada para até 30 alunos.

A aceitação da proposta após seu prazo de validade acarretará em possíveis mudanças de valores e cronograma.

Estão inclusos nesta proposta as despesas de deslocamento, aguardar confirmação de cronograma de atendimento com a empresa.
O uso dos EPI'S durante o treinamento será de responsabilidade do contratante por se tratar de curso IN COMPANY.
O contratante fica responsável em organizar toda documentação do participante para efetivação da matrícula junto ao SENAI, devendo apresentar todos os documentos no aceite da proposta, bem como assegurar que todos os alunos inscritos no curso compareçam as aulas, garantindo o fiel cumprimento do objeto do contrato.

Documentação a ser apresentada:

- Cópia do RG e CPF;
- e-mail;
- Cópia do Comprovante de Residência atualizado;
- Cópia do Comprovante de Escolaridade.

Claúsulas

Confidencialidade
A todo tempo durante o prazo desta PROPOSTA e por um período de 24 meses após o seu término ou rescisão do contrato por qualquer motivo, os partícipes deverão tratar as informações trocadas ou disponibilizadas entre si ou que venham a tomar conhecimento como resultado do desenvolvimento do objeto desta PROPOSTA (doravante denominadas de informações

confidenciais), com absoluto sigilo e não deverão revelá-las ou transmiti-las a terceiros, sem a autorização prévia, expressa e por escrito do outro Partícipe.

FL Nº 15

Política de inadimplência
A falta de pagamentos das parcelas autorizará a Unidade Operacional, não só a inscrever o nome do devedor no Sistema de Proteção ao Crédito (SPC) ou SERASA, bem como interpor cobrança judicial, acrescido do pagamento de custas, despesas judiciais e honorários advocatícios, independente de quaisquer avisos ou notificações judiciais ou extrajudiciais, sem prejuízo das sanções administrativas e acadêmicas cabíveis.

Formalização do Aceite

Com o aceite da proposta, será gerado um contrato com o valor total como credito a ser utilizado pela empresa durante a vigência contratual, neste ato, a empresa somente pagará pelo que for realizado pela Unidade **SENAI CETEM PORTO VELHO**.

Esta proposta constitui-se em um acordo fidedigno entre as partes com respeito ao assunto objeto desta e substituirá e cancelará quaisquer outros acordos anteriores, tanto escritos quanto verbais, entre as partes e terceiros, com relação ao seu assunto objeto, e poderá ser modificada, complementada ou substituída somente mediante acordo por escrito entre as partes.

Esta proposta e todas as controvérsias que se originem dela, ou que se relacionem com o cumprimento dos assuntos nela indicados, serão regidas e interpretadas de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

No caso de qualquer uma das disposições da presente proposta não ser válida ou se tornar inválida ou não aplicável, as demais disposições não serão afetadas.
Li, concordo e aceito as condições descritas na presente proposta.

Data da emissão da proposta: 26/01/2022.

Data do aceite: _____/_____/_____

_____
Representante Legal/Contratante:
ROSSINALDO BEZERRA DA SILVA
Identidade: -
CPF:

Cleber Santos Melo
Gerente da UOP
SENAI CETEM Porto Velho

Narda Patrícia Rodrigues do Nascimento
narda.patricia@fiero.org.br
Relações Com Mercado
(69) 99249-0817

FL Nº 16

FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA
MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
17ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
17º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA

Órgão: 17º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA

Setor Requisitante: CENTRO DE OPERAÇÕES LOGÍSTICAS (COL)
Responsável pela Demanda: **ÁVYLA** FONSECA DE MEDEIROS – 1º Ten

1.Justificativa da necessidade da contratação do serviço, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso.

O 17º Batalhão Logístico de Selva necessita atender às necessidades de suprimento das guarnições da 17ª Brigada de Infantaria de Selva. Informo que o 17º Batalhão Logístico possui empilhadeiras as quais fazem o embarque e desembarque de todos os gêneros secos e frios da 17ª Brigada de Infantaria de Selva. Entretanto, nem todos os militares possuem formação adequada e experiência para estar manuseando tais empilhadeiras. Com isso, é de suma importância e urgência a realização de um curso de operador de empilhadeiras para que nossos militares estejam qualificados para operar as empilhadeiras do 17º Batalhão Logístico de Selva, para que não comprometa nossas atividades. Para obtenção de tais vantagens e visando a agilidade na contratação do serviço supracitado, constata-se que a melhor forma para que seja licitado é por Dispensa de Licitação, por meio de verificação da vantajosidade por meio de pesquisa de preço com o Painel de Preço. Vale destacar que o 17º Batalhão Logístico de Selva é o órgão responsável pelo recebimento, armazenamento e distribuição de gêneros alimentícios para os quarteis da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, localizados no estado de Rondônia, Acre e Sul do Amazonas.

2. **Quantidade de serviço a ser contratado**

A quantidade de serviço a ser contratado foi levantada de acordo com o número de militares responsáveis pelo Classe I que não possuem curso para manusear tal equipamento, precisando assim da qualificação dos mesmos para prosseguir com as atividades da OM.

3. **Previsão de data em que deve ser <u>iniciada</u> o fornecimento dos insumos:**

A ser definido após a emissão da nota de empenho, tendo em vista a disponibilidade dos

militares que irão realizar o curso.

FL Nº 17

4. **Indicação do membro da equipe de planejamento e se necessário o responsável pela fiscalização:**

Os membros da equipe de planejamento estão publicados no Boletim Interno nº 55, de 5 de abril de 2022.

ÁVYLA FONSECA DE MEDEIROS – 1º Ten
Cmt Pel Cl I do 17º B Log Sl

MINISTÉRIODADEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
17º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA
(BASE LOGÍSTICA CAPITÃO-GENERAL LUIZ DE ALBUQUERQUE DE MELLO PEREIRA E CÁCERES)

MAPA DE RISCOS CONRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CURSO DE OPERADOR DE EMPILHADEIRAS.

FASE DE ANÁLISE

(x) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

( ) Gestão de Contrato

RISCO 01 - Atraso no início da execução do serviço			
PROBABILIDADE:	**( ) Baixa**	**(x) Média**	**( ) Alta**
IMPACTO:	**( ) Baixa**	**(x) Média**	**( ) Alta**

Id	Dano	
1.	A contratada não executar o serviço pode prejudicar as operações logísticas que necessitam de militares capacitados no manuseio de empilhadeiras e também pode prejudicar a segurança dos militares por não ter as habilidades suficientes para seu manuseio	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1.	Observa no TR prazo para início e sanções por não cumprimento.	Setor responsável pela adesão ao processo
Id	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1.	Cobrar a atuação do Fiscal de Contrato perante ao preposto e ter um plano de ação para suprir o serviço	Setor de Fiscalização Administrativa e setor de operações.

RISCO 02 – Execução do serviço fora dos padrões exigidos			
PROBABILIDADE:	**( ) Baixa**	**(x) Média**	**( ) Alta**
IMPACTO:	**( ) Baixa**	**( ) Média**	**(x) Alta**

Id	Dano	
1.	A Contratada executar o serviço de forma diferente do exigido no TR, pode trazer prejuízos para as operações logísticas da OM e também colocando em risco a segurança dos militares em curso por manuseio de forma incorreta.	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1.	Observar no TR o padrão do serviço requerido e prever avaliações técnicas do serviço.	Setor responsável pela adesão ao processo
Id	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1.	Fiscalizar a execução e não receber serviços diferente do padronizado, assim como colocar alguém com conhecimento no suporte a fiscalização.	Fiscal de Contrato/ Setor de operações

RISCO 03 – Não execução do serviço			
PROBABILIDADE:	**(x) Baixa**	**( ) Média**	**( ) Alta**
IMPACTO:	**( ) Baixa**	**( ) Média**	**(x) Alta**

Id	Dano	
1.	A contratada não executar o serviço pode prejudicar as operações logísticas que necessitam de militares capacitados no manuseio de empilhadeiras e também pode prejudicar a segurança dos militares por não ter as habilidades suficientes para seu manuseio	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1.	Observar no Edital e seus anexos as sanções para a ocorrência do fato.	Setor responsável pela adesão ao processo
Id	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1.	Abrir processo para nova contratação do referido serviço.	Setor responsável pela adesão ao processo

RESPONSÁVEL

Porto Velho - RO, 25 de maio de 2022.

ÁVYLA FONSECA DE MEDEIROS – 1° Ten
Cmt do Pel Cl I do 17º B Log Sl

FL Nº 20

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
17ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
17º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Curso profissionalizante de operador de empilhadeiras.

2. OBJETIVO

2.1. O Curso profissionalizante de operador de empilhadeiras tem por objetivo garantir o bom andamento das atividades de embarque e desembarque de materiais com as empilhadeiras da OM, haja vista haver empilhadeiras, mas poucos militares capacitados para operar tal equipamento, com isso, é necessário a realização do curso pelos militares a serem designados para atender as necessidades do 17° Batalhão Logístico de Selva, bem como garantir a segurança dos militares que operam este equipamento.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. A descrição detalhada objeto encontra-se na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UND MED	QNT	MENO VALOR	V. TOTAL
1	TRANSPORTE, MOVIMENTAÇÃO E MANUSEIO – SEGURANÇA PARA OPERADOR DE EMPILHADEIRA 20H PRESENCIAL.	SV	1 (30 ALUNOS)	R$ 3.600,00	R$ 3.600,00

4. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

4.1. O 17º Batalhão Logístico de Selva tem como função síntese o transporte de gêneros alimentícios frios e secos para os quarteis da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, quarteis estes sediados em Rondônia, sul do Amazonas e Acre. Visando melhorar o embarque e desembarque de gêneros, o 17º B Log Sl possui 2 (duas) empilhadeiras de 3.0 e 3.5 Ton, mas poucos militares são capacitados para operar tal equipamento, com isso é necessário a realização do curso por mais militares. Vale destacar que pela complexidade do equipamento, é essencial que seja realizado um curso de especialização complexo, pois o mau uso do equipamento pode danificar o mesmo ou trazer riscos a integridade física de quem o opera.

5. REGIME DE FORNECIMENTO

5.1. O Serviço será prestado uma única vez, conforme Nota de Empenho do 17º Batalhão Logístico de Selva.

6. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1. O Prazo de execução do serviço é de 30 (trinta dias), contados da data de envio da nota de empenho e confirmação de recebimento pelo fornecedor se outro não houver sido ajustado entre CONTRATANTE e CONTRATADA;

6.2. A nota de empenho poderá ser tanto para o e-mail do cadastrado no SICAF ou outro meio, aquele que for de menor custo para Administração Pública;

6.3. É de responsabilidade do fornecedor manter seu cadastro no SICAF atualizado, pois será o canal de informações entre CONTRATADA e CONTRATANTE;

6.4. O serviço tem como objetivo garantir a aquisição de curso profissionalizante de operador de empilhadeiras para o 17º Batalhão Logístico de Selva que está localizado na Avenida Pinheiro Machado, nº 2243 – São Cristóvão – Porto Velho (RO) - CEP 76804-047;

6.5. Consonante ao Caput do art. 62, da Lei nº 8.666/93, a presente contratação será formalizada por intermédio de NOTA DE EMPENHO;

6.6. Quaisquer dúvidas sobre a entrega poderão ser sanadas através do telefone (69) 99374-4114) – Setor do Pelotão Classe I do 17º Batalhão Logístico de Selva.

7. DO PREÇO

7.1. O valor da aquisição será o do menor valor de orçamento na DISPENSA DE LICITAÇÃO.

8. DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor escolhido será o que apresentar menor valor de orçamento em DISPENSA DE LICITAÇÃO e que esteja em condições de habilitação, conforme a legislação vigente.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Gestão/Unidade:_160350/00001_
Fonte:_0100000000_
Programa de Trabalho: _193894_
Elemento de Despesas:_339039_
PI:_E6SUPLJA6OP_

10. DO FUNDAMENTO LEGAL

10.1. O presente processo será realizado por Dispensa de Licitação, com fundamento Inciso XIII, do Art. 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 onde diz: **Na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do**

preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

11. DA PESQUISA DE PREÇOS E ESTIMATIVA DE CUSTOS

11.1. A pesquisa de preços dos serviços a serem adquiridos foram realizadas mediante os seguintes parâmetros Do Art. 5º, da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 65, de 7 de Julho de 2021, do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão: I composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente; e , IV pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital. Foi utilizado com estimativa de preços o Menor Preço por item através de três orçamentos e o custo total é de R$ 3.600,00.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. Receber o serviço no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.2. Verificar minuciosamente, nos prazos estabelecidos, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes no Termo de Referência;

12.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito ou telefone, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor designado;

12.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do serviço, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

12.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do serviço do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dando causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A Contratada deve assumir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo, exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do serviço;

13.2. Executar o serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constante neste Termo de Referência, acompanhada da respectiva nota fiscal;

13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);

13.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias, o serviço com avarias ou defeitos;

13.5. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de início da realização do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento no prazo previsto, com a devida comprovação;

13.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

13.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

13.9. Permitir a fiscalização pelo contratante;

13.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização de execução do serviço ocorrerá conforme o disposto no Art. 67, da Lei nº 8.666/93.

15. DA VIGÊNCIA

15.1. A aquisição do serviço decorrente do presente termo de referência vigorará por noventa dias.

16. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

16.1. O critério de julgamento estabelecido para esse certame será o MENOR POR PREÇO.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado, no prazo de 30 dias úteis da data de apresentação da nota fiscal, desde que a totalidade do serviço contratado tenha sido executado, atestada e aprovado pelo CONTRATANTE;

17.2 O pagamento será efetuado na conta-corrente da CONTRATADA através de Ordem Bancária;

17.3. Os serviços prestados em desacordo com as especificações contratuais não serão atestados pela fiscalização.

18. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

18.1. Adotar boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios, menor poluição;

18.2. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;

18.3. Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

18.4. Treinamento, capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição.

19. SANÇÕES

19.1. A CONTRATADA estará sujeita às penalidades por inexecução contratual de acordo com o disposto na Lei nº 8.666/93.

19.2. A CONTRATADA compromete-se a manter as informações de contato constantemente atualizadas no SICAF.

Porto Velho-RO, 25 de maio de 2022

ÁVYLA FONSECA DE MEDEIROS – 1º Ten
Cmt do Pel Cl I do 17º B Log Sl

APROVAÇÃO

Aprovo este Termo de Referência pelo fato de o mesmo estar em conformidade com o previsto na legislação da modalidade de Dispensa de Licitação e atender a demanda do 17ª Batalhão Logístico de Selva.

Porto Velho-RO, 25 de maio de 2022

ROSSINALDO BEZERRA DA SILVA – CEL
Ordenador de Despesas da 17º B Log Sl

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

PELO FUTURO DO TRABALHO

PARECER JURÍDICO Nº 246/2021 – DIRETORIA JURÍDICA

Porto Velho, 26 de julho de 2021.

Ementa: Possibilidade de contratação direta do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI/RO, por dispensa de licitação. Art. 24, XIII, Lei nº 8.666/93.

I – Da Natureza Jurídica do SENAI

1. Para melhor compreensão, cumpre-nos ressaltar a natureza jurídica do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, sendo de fundamental importância para o correto enquadramento de contratação direta, por dispensa de licitação, nas contratações realizadas por órgão da administração pública direta e indireta, o qual deve, obrigatoriamente, a obediência à Lei nº 8.666/93.

2. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI é uma entidade privada de formação profissional, sem fins lucrativos, caracterizado como um serviço social autônomo, não integrante da Administração Pública direta nem indireta, vinculada ao sistema sindical patronal e sob a administração superior da Confederação Nacional da Indústria – CNI, conforme disposto no art. 240 da CF, criado pelo Decreto-Lei nº 4.048, de 22.01.42, e regulamentado pelo Decreto nº 494, de 10.01.62.

3. Visando o cumprimento de suas finalidades, o SENAI com suas unidades normativas e descentralização e autonomia executiva, atua nos estados da federação por intermédio de seus departamentos regionais como é o caso do Departamento Regional de Rondônia.

4. Nos termos do Decreto 494, de 10 de janeiro de 1962, esses departamentos regionais são autônomos no que se refere à administração dos seus serviços, gestão dos recursos, regime de trabalho e relações empregatícias.

5. Pelo fato do SENAI receber contribuições de natureza compulsórias (contribuições parafiscais), os seus gestores prestam contas ao TCU acerca do cumprimento de suas finalidades (art. 5º, v, da Lei nº 8.443/92 e art. 70, parágrafo único da CF).

6. Feitas as considerações acima passamos a fundamentação com base na Lei nº 8.666/93 para contratação do SENAI.

II - Da realização do procedimento licitatório como regra e da submissão dos entes públicos à Lei nº 8.666/93

7. O dever de licitar está previsto na Constituição Federal que, em seu artigo 37, inciso XXI, prescreve:

> XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, **serviços**, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

8. Em face do comando constitucional, sobreveio a Lei nº. 8.666/93 para estabelecer as normas gerais de licitações e contratos administrativos no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

9. O artigo 1º da referida Lei elenca em seu bojo todos os entes subordinados ao seu regime, aos quais cabe a observância de seus termos, nestes incluídos além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

> Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
>
> Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

10. Enquanto o art. 2º da lei estabelece a obrigatoriedade, na execução da despesa pública, da formalização do competente procedimento licitatório, ressalvadas as hipóteses nela previstas.

> Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

11. Logo, tem-se como regra a necessidade de realização do procedimento licitatório nas contratações de obras, *serviços*, compras e alienações no âmbito da Administração Pública, visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.

II - Da contratação direta

12. Embora a licitação seja a regra para contratação de bens e serviços, a Lei nº 8.666/93 excepciona algumas hipóteses, admitindo-se nestes casos a contratação direta, com fundamento na dispensa ou inexigibilidade da licitação, desde que preenchidos os requisitos previstos em lei.

13. Na dispensa de licitação, embora seja possível a competição entre particulares, a realização do procedimento licitatório vai de encontro aos interesses da Administração, enquanto na inexigibilidade de licitação a realização do procedimento estaria afastada, em razão da inviabilidade de competição.

14. As hipóteses de dispensa de licitação estão taxativamente dispostas no art. 24 da Lei nº 8.666/93, enquanto as hipóteses de inexigibilidade estão previstas de forma exemplificativa no artigo 25 da referida lei.

III - Da possibilidade de contratação direta do SENAI pelo poder público

15. Quanto à contratação direta do SENAI pelo poder público, cabe-nos analisar as possibilidades e seu enquadramento, seja em uma das hipóteses de inexigibilidade ou dispensa de licitação, previstas na Lei nº 8.666/93, nos termos a seguir aduzidos.

16. Conforme anteriormente exposto, o enquadramento da contratação direta, por inexigibilidade de licitação (art. 25 da Lei nº 8666/93), dá-se pelo afastamento da realização do procedimento, em decorrência da inviabilidade de competição, em razão da ausência de alguns dos pressupostos que autorizariam a instauração do certame.

17. Essa inviabilidade deriva da ausência de pluralidade de sujeitos em condições de contratar ou da impossibilidade de se comprarem bens heterogêneos, pois nesses casos, não há como estabelecer critérios objetivos de julgamento.

18. Neste sentido, ressalta-se que a contratação por inexigibilidade tem de ser antecedida de estudo/pesquisa realizada pelas entidades contratantes acerca das soluções existentes no mercado para o atendimento do interesse público.

19. Sendo inviável a contratação do SENAI, com fundamento na inexigibilidade da licitação, ventila-se a possibilidade da contratação direta da entidade com base na dispensa de licitação, onde embora existam outros fornecedores aptos a prestar o serviço, cabe ao gestor público, observando a sua conveniência e oportunidade, a faculdade de não realizar o procedimento licitatório, desde que observado o interesse público e preenchidos os requisitos legais e o enquadramento da contratação pretendida em umas das hipóteses taxadas no artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

20. Assim, entendemos que a questão, ainda é tratada no campo das teses e não de forma serena pelas secretarias de governo, haja vista a dificuldade de enquadramento do SENAI nos requisitos específicos previstos na referida Lei. Para melhor esclarecimento, quanto a possibilidade de contratação do SENAI, por dispensa de licitação, destacamos a previsão contida no inciso XIII do artigo 24 da Lei nº 8.666, que assim dispõe:

> ***ART.24. É DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO:***
>
> **XIII - Na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos; (grifou-se)**

21. O dispositivo prevê a possibilidade de contratação direta de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

22. Levando-se em consideração o exposto acima, *em tese pode-se entender que o SENAI poderia ser contratado por dispensa de licitação, com base no inciso supracitado, por ser uma instituição brasileira incumbida regimentalmente de ensino (A interpretação do termo "ensino", previsto no inciso XIII, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, nos permite concluir que a sua abrangência incluiu a educação profissional, um dos objetivos regimentais do SENAI), bem como, por atuar em pesquisa tecnológica, nos termos das alíneas do artigo 1º de seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 494 de 10/01/62, além de ser entidade sem fins lucrativos e de inquestionável reputação ético-profissional.*

23. Cabe salientar que o Tribunal de Contas da União tem proferido inúmeras decisões acerca da pertinência entre o fim da instituição e o objeto do contrato.

24. Neste sentido, transcrevemos a seguinte passagem que se encontra no Acórdão nº. 1.616/2003/Plenário:

> "A jurisprudência desta Corte já afirmou que, para a contratação direta com base na norma supra, não basta que a entidade contratada preencha os requisitos estatutários exigidos pelo dispositivo legal, é necessário, também, que o objeto a ser contratado guarde estreita correlação com as atividades de ensino, pesquisa ou desenvolvimento institucional". (rel. Min. Augusto Sherman Cavalcanti).

25. Outra questão a ser observada pelas entidades contratantes, em razão da contratação direta com fundamento no art. 24, inciso XIII, da Lei de Licitações, refere-se à comprovação de que o preço contratado é compatível com os valores de mercado. O Tribunal de Contas tem se manifestado, quanto a esse aspecto, nos seguintes termos:

"A contratação direta com fundamento no art. 24, XIII, da Lei de Licitações deve ocorrer quando houver nexo entre esse fundamento, a natureza da instituição contratada e o objeto ajustado, além da compatibilidade entre o preço pactuado e o preço de mercado. Os instrumentos contratuais devem explicitar os preços a serem pagos pelos itens de serviços efetivamente executados, a fim de garantir que os mesmos sejam compatíveis com os preços de mercado." (Acórdão nº. 50/2007, Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler).

"...quando da contratação direta com fulcro no inciso XIII do art. 24 da Lei de Licitações atente-se para a necessidade de haver nexo entre a natureza da entidade e o objeto contratado, além de comprovada razoabilidade de preços, conforme reiterada jurisprudência desta Corte". (Acórdão nº. 1.614/2003, Plenário, rel. Min. Augusto Sherman Cavalcanti."

26. Levando-se em consideração o exposto acima, em tese pode-se entender que o SENAI pode ser contratado por dispensa de licitação, com base no inciso supracitado, por ser uma instituição brasileira incumbida regimentalmente de ensino (uma interpretação abrangente inclui a educação profissional), bem como, por atuar em pesquisa tecnológica, nos termos do artigo 1º de seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto 494 de 10/01/62, além de ser entidade sem fins lucrativos e de inquestionável reputação ético-profissional.

27. Diante do exposto, em tese, é possível concluir acerca da viabilidade jurídica da contratação direta do SENAI pelo poder público, sendo certo, que caberá exclusivamente ao órgão ou entidade da administração pública, observando a legislação vigente, de acordo com a sua conveniência e oportunidade, justificar e aprovar a contratação.

É o parecer.

Mileisi Luci Fernandes
OAB/RO nº 3487
FIERO/SESI/SENAI/IEL

DE ACORDO.

Marcelo Lessa Pereira
Diretor Jurídico – FIERO/SESI/SENAI/IEL

FL Nº 30

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	03.783.989/0001-45	DUNS®:	922319629
Razão Social:	SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL DE RONDONIA		
Nome Fantasia:	SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA - DEP. REGIONAL DE RONDONIA		
Situação do Fornecedor:	Credenciado	Data de Vencimento do Cadastro:	16/08/2022
Natureza Jurídica:	SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO		
MEI:	Não		
Porte da Empresa:	Demais		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	Nada Consta
Impedimento de Licitar:	Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas:	Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público":	Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	14/11/2022
FGTS	Validade:	11/06/2022
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	17/09/2022

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	07/07/2022
Receita Municipal	Validade:	09/08/2022

VI - Qualificação Econômico-Financeira

	Validade:	31/05/2022

CPF: [redacted] Nome: KAUE CEZAR NITSCHKE
Ass:

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 26/05/2022 11:27:02

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL DE RONDONIA**
CNPJ: **03.783.989/0001-45**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Sistema do CNJ está indisponível**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FL Nº 93

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TESOURO NACIONAL

Data e hora da consulta: 26/05/2022 11:28:26
Usuário: [redacted]

Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados - CADIN

CPF/CNPJ:	Título:	Situação	Total de Registros	0
03783989	SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA - DEPARTAMENTO RE	Adimplente	Há até 30 dias:	
			Há mais de 30 dias:	

Código	Credor	Data/Hora de Inclusão

** Registros incluídos há até 30 dias.*

34

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA
ADVOGADOS

PARECER n. 01777/2022/ADV/E-CJU/SSEM/CGU/AGU

NUP: 64012.002393/2022-53
INTERESSADO: 17ª BASE LOGÍSTICA - 17ª BA LOG
ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO

EMENTA: Dispensa de licitação. Contratação de instituição de ensino ou de desenvolvimento institucional de inquestionável reputação ético-profissional e sem fins lucrativos, a teor do art. 24, inc. XIII, da Lei nº 8.666/93. Curso de capacitação. SENAI. Recomendações e ressalvas.

1. Trata-se de processo administrativo encaminhado pelo 17º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA, relativo à dispensa de licitação para contratação junto ao SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI, pessoa jurídica de Direito Privado, instituição de ensino, sem fins lucrativos, com fulcro no art. 24, inc. XIII, da Lei nº 8.666/93, a fim de realizar "curso de operador de empilhadeira".

2. O Consulente estimou que o valor total da contratação é de R$ 3.600,00.

3. Os autos foram instruídos com os seguintes documentos, dentre outros (numeração do pdf gerado em arquivo único no sistema Sapiens/AGU):

- Publicação da Equipe de Planejamento: fls. 10;
- Despacho de Autorização de contratação: fls. 11/12;
- Estudo Técnico Preliminar: fls. 14/17;
- Relatório da pesquisa de preços: fls. 18/20;
- Proposta Comercial - SENAI-RO: fls. 20/24;
- Documento de Formalização da Demanda: fls. 25/26;
- Mapa de Riscos: fls. 27/28;
- Termo de Referência: fls. 29/33;
- Documento - Parecer n. 246/2021 (SENAI): fls. 34/38;
- Documentos de habilitação: fls. 39/42.

4. É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

5. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados.

FL Nº 35

6. O parecer pretende apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

7. Importante salientar que o exame dos autos processuais **restringe-se aos seus aspectos jurídicos**, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Parte-se da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

8. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

9. Cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências. Assim sendo, o ideal, para a melhor e completa instrução processual, é que sejam juntadas ou citadas as publicações dos atos de nomeação ou designação da autoridade e demais agentes administrativos, bem como, os Atos Normativos que estabelecem as respectivas competências, com o fim de que, em caso de futura auditoria, possa ser facilmente comprovado que quem praticou determinado ato tinha competência para tanto. Todavia, a ausência de tais documentos, por si, não representa, óbice ao prosseguimento do feito.

10. Saliente-se que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO

11. De acordo com o art. 22 da Lei nº 9.784/99, os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, salvo expressa disposição legal.

12. No que pertine à licitação, bem como a contratos, a convênios e a outros ajustes (art. 38 da Lei nº 8.666/93), o processo administrativo deverá observar as normas que lhes são pertinentes, iniciando-se com a devida autuação, com a correspondente protocolização e numeração, juntando-se, em sequência cronológica, os documentos pertinentes, cujas folhas devem ser numeradas e rubricadas, sendo que cada volume deverá conter os respectivos termos de abertura e encerramento, contendo, na medida do possível, no máximo, 200 folhas.

13. Os autos foram encaminhados em formato eletrônico, via Sapiens/AGU.

LIMITES DE GOVERNANÇA

14. No âmbito do Poder Executivo Federal, o Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, estabeleceu limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal.

01

15. A autoridade assistida deve certificar-se sobre a natureza da atividade a ser contratada – se constitui ou não atividade de custeio -, adotando as providências necessárias, se for o caso, o que poderá ser feito em qualquer fase do processo de contratação até antes da assinatura do contrato ou do termo aditivo de prorrogação, podendo ser concedida por despacho no próprio processo.

02

16. O Consulente deve registrar a **autorização expressa da autoridade competente**, conforme os limites e instâncias de governança, de acordo com os atos normativos internos do Órgão (Ministério da Defesa).

FL Nº 36

17. Recomenda-se à área técnica do Órgão assessorado, considerando os últimos pacotes fiscais anunciados pelo poder público, verificar a eventual existência de decretos e normativos relativos a "limites", "contingenciamento orçamentário" ou "restrição ao empenho de verbas", como, por exemplo, o Decreto nº 9.711, de 2019, dentre outros.

AVALIAÇÃO DE CONFORMIDADE LEGAL

18. Nos termos do que dispõe o artigo 36 da IN 05, de 25 de maio de 2017 – MPDG, antes do envio do processo para análise jurídica, deve ser realizada uma avaliação de conformidade legal do procedimento de contratação com base nas disposições previstas no Anexo I da ON SEGES nº 02, de 2016.

19. A Advocacia-Geral da União também dispõe de Check-Lists previamente elaborados para os diversos tipos de contratações, de preenchimento facultativo, encontrando-se dispostas no *site* da AGU, servindo de excelente instrumento de apoio para que seja aferida a correção da instrução, sem prejuízo da obrigatória adoção da ON SEGES nº 02, de 2016.

Recomenda-se a juntada de lista de verificação. INSERIDO

Requisitos materiais: Art. 24, XIII. Caracterização da hipótese de dispensa de licitação

21. O órgão consulente fundamenta a contratação do SENAI no inciso XIII do art.24 da Lei nº 8666/93, *in verbis:*

> "Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> XIII- na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos".

22. Acerca do tema, cite-se também a Orientação Normativa nº 14, da Advocacia Geral da União, disciplinando a matéria de maneira ainda mais específica, trazendo ainda outros requisitos que devem ser observados.

> **Orientação Normativa AGU nº 14/2009**
>
> Os contratos firmados com as fundações de apoio com base na dispensa de licitação prevista no inc. XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, devem estar diretamente vinculados a projetos com definição clara do objeto e com prazo determinado, sendo vedadas a subcontratação; a contratação de serviços contínuos ou de manutenção; e a contratação de serviços destinados a atender as necessidades permanentes da instituição.

23. Ao proceder à leitura do dispositivo, observa-se que as exigências legais são de caráter essencialmente objetivo, cuja comprovação se faz mediante documentação e elementos materiais probatórios da condição singular da entidade, destinados a assegurar a certeza do pleno preenchimento dos requisitos de enquadramento determinados pela Lei, conferindo ao administrador público condições de viabilizar a contratação direta, com segurança quanto à lisura jurídico-formal do procedimento.

24. Assim, à luz da interpretação a ser firmada do art. 24, XIII, bem como da ON nº 14, AGU, os seguintes requisitos, além daqueles previstos no art. 26, devem estar presentes para a presente contratação:

> i) Ser instituição brasileira;

ii) Estatuto ou regimento da instituição destinado a se dedicar à pesquisa, ensino, ou desenvolvimento institucional;

FL Nº 37

iii) Inquestionável reputação ético – profissional;

iv) Não tenha fins lucrativos;

v) Vínculo de pertinência entre o fim da instituição e o objeto do contrato;

vi) A contratação deve ser *intuito personae*, ou seja, são vedadas a subcontratação; a contratação de serviços contínuos ou de manutenção; e a contratação de serviços destinados a atender as necessidades permanentes da instituição.

Ser Instituição brasileira

25. Ser instituição brasileira significa ser constituída sob as leis brasileiras.

26. No caso dos autos, a instituição que se pretende contratar é o SENAI, constituída, consoante se verifica no Decreto-Lei nº 4.048, de 1942, sob a égide das leis brasileiras.

Estatuto ou regimento da instituição destinado a se dedicar à pesquisa, ensino, ou desenvolvimento institucional

O art. 24, XIII, exige, ainda, que a instituição brasileira a ser contratada, através do procedimento de dispensa, deva ser aquela que se dedique à pesquisa, ensino, ou desenvolvimento institucional.

28. O Decreto-Lei nº 4.048/42, norma que criou o **SENAI**, logo em seu art. 2º e parágrafos prevê que a referida instituição tem por objetivo organizar e administrar em todo o país o ensino de continuação, aperfeiçoamento e especialização.

> Art. 2º Compete ao Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para industriários.
>
> § 1º As escolas do Senai poderão ofertar vagas aos usuários do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação celebrados entre os operadores do Senai e os gestores dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo locais.
>
> § 2º Deverão as escolas de aprendizagem, que se organizarem, ministrar ensino de continuação e do aperfeiçoamento e especialização, para trabalhadores industriários não sujeitos à aprendizagem.

29. Em seu Regimento, o Decreto nº 494, de 1962, art. 1º, expõe a clara vocação da referida instituição ao ensino, medida corroborada no art. 11, ambos transcritos abaixo:

> Art. 1º O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (**SENAI**), organizado e administrado pela Confederação Nacional da Indústria, nos termos do Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, tem por objetivo:
>
> a) realizar, em escolas instaladas e mantidas pela Instituição, ou sob forma de cooperação, a aprendizagem industrial a que estão obrigadas as empresas de categorias econômicas sob sua jurisdição, nos termos de dispositivo constitucional e da legislação ordinária;
>
> b) assistir os empregadores na elaboração e execução de programas gerais de treinamento do pessoal dos diversos níveis de qualificação, e na realização de aprendizagem metódica ministrada no próprio emprego;
>
> c) proporcionar, aos trabalhadores maiores de 18 anos, a oportunidade de completar, em cursos de curta duração, a formação profissional parcialmente adquirida no local de trabalho;
>
> d) conceder bolsas de estudo e de aperfeiçoamento e a pessoal de direção e a empregados de excepcional valor das empresas contribuintes, bem como a professores, instrutores, administradores e servidores do próprio SENAI;

> e) cooperar no desenvolvimento de pesquisas tecnológicas de interesse para a indústria e atividades assemelhadas.
>
> (...)
>
> Art. 11. Em sua condição de entidade de ensino, o SENAI será fiscalizado pelo Ministério da Educação e Cultura.

FL Nº 38

30. Portanto, é instituição incumbida regimentalmente ao ensino e, nesse aspecto, atende à primeira parte dos requisitos exigidos pela lei.

Inquestionável reputação ético – profissional

31. A instituição a ser contratada deve ter indiscutível capacidade para o desempenho da atividade objetivada. Em outras palavras, a reputação diz respeito ao conceito de que desfruta a instituição perante a sociedade na qual exerce as funções, a sua fama, o seu renome.

32. Na análise da reputação, prevista no art. 24, XIII, a análise deve perpassar pelos fatores ético – profissionais, sem considerar a localidade ou o patrimônio.

33. Assim, segundo Jorge U. Jacoby, "*exige a lei inquestionável reputação ético – profissional, sendo insuficiente a ausência de comentários negativos ou a existência simultânea de fatores positivos e depreciativos, com prevalência do primeiro; mas é suficiente que a instituição só seja conhecida no âmbito restrito dos que atuam naquele segmento do mercado.*" [Fernandes, J. U. Jacoby. Contratação direta sem licitação. 7.ed. Belo Horizonte: fórum, 2007, p. 432/433]

34. No caso dos autos, o Consulente registrou (fls. 12):

> 4. A contratação do curso será realizada com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI/RO, sendo uma entidade privada de formação profissional, sem fins lucrativos, caracterizado como um serviço social autônomo, não integrante da administração pública direta, nem indireta, vinculada aos sistema sindical patronal e sob a administração superior da confederação nacional da indústria — CNI, conforme disposto no Art. 240, da CF, criado pelo Decreto — Lei n. 4048, de 22.01.42, e regulamentado pelo decreto n. 494, de 10.01.62.
>
> 5. A Dispensa de Licitação será amparada no Art. 24, **inciso XIII**, da Lei 8.666/93, conforme a seguir: [...]

Não tenha fins lucrativos

35. No que tange à ausência de finalidade lucrativa, os serviços sociais autônomos – dentre eles o SENAI -, na qualidade de entes paraestatais e de cooperação com o Poder Público, não possuem fins lucrativos.

36. Corroborando, no site Portal da Indústria - SENAI, há afirmação da entidade não possuir finalidade lucrativa. Cite-se:

> **O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos,** vinculado ao sistema sindical. Foi criado pelo Decreto-Lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, para promover a formação profissional de trabalhadores e cooperar no desenvolvimento de pesquisas tecnológicas de interesses para a indústria e atividades assemelhadas.
>
> (http://www.portaldaindustria.com.br/senai/institucional/estrutura/)

37. O Superior Tribunal de Justiça já reconheceu tal condição ao SENAI, razão pela qual resta cumprido o requisito legal da lei de licitações. Ilustra-se:

FL N° 39

> TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **SENAI. ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS**. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. ISENÇÃO. LEI 2.613/55. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. "Por força do inserto no art. 13 do mencionado diploma legal, o benefício isentivo fiscal, de que trata seu art. 12, foi estendido, expressamente, ao SENAI, bem como aos demais serviços sociais autônomos da indústria e comércio (SESI, SESC e SENAC)" (REsp 766.796/RJ, Primeira Turma, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ 6/3/06). 2. Agravo regimental não provido.
>
> (STJ, AgRg no AREsp 73797 / CE, Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJe 11/03/2013)

Vínculo de pertinência entre o fim da instituição e o objeto do contrato

38. À primeira vista, o inciso XIII do art. 24 nada dispõe sobre o vínculo de pertinência entre o fim da instituição e objeto do contrato. Todavia, exame mais atento revela que, ao referir-se à reputação ético – profissional, implicitamente erigiu estreita relação entre o que a Administração pretende e em que consiste a atividade da contratada.

39. Assim, conforme observa Jorge U. Jacoby, é preciso que o objeto que será contratado seja a causa da reputação da instituição pelo modo diferenciado qualitativamente que executa. Por isso não se concebe – e é irregular - que uma instituição seja contratada para objetos distintos, diferentes. Há que ser sempre objeto da mesma natureza em todas as contratações fundadas no art. 24, XIII, da Lei 8.666/93.

40. Nesse sentido, a jurisprudência do Tribunal de Contas firmou-se a exigir estrita conexão entre o objeto do contrato e a causa da reputação. Veja-se:

> SÚMULA Nº 250
>
> A contratação de instituição sem fins lucrativos, com dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93, somente é admitida nas hipóteses em que houver nexo efetivo entre o mencionado dispositivo, a natureza da instituição e o objeto contratado, além de comprovada a compatibilidade com os preços de mercado.

41. Em mesmo entendimento encontram-se os seguintes julgados: Acórdão 2.505/2006 - 2ª Câmara, Acórdão 994/2006 - Plenário, Acórdão 1.448/2005 - Plenário, Acórdão 1.342/2005 - Plenário, Acórdão 427/2004 – Plenário e Acórdão 1.547/2004 – 1ª Câmara.

42. Portanto, somente se encontram satisfeitos os pressupostos do dispositivo (art. 24, XIII) quando o objeto da contratação inserir-se no âmbito da atividade inerente e próprio da instituição.

43. No caso dos autos, o objeto a ser contratado diz respeito a cursos de capacitação. Confira-se (**fls. 14**):

> 1.1. O 17º Batalhão Logístico de Selva tem como função síntese o transporte de gêneros alimentícios frios e Secos para os quarteis da 17a Brigada de Infantaria de Selva, quarteis estes sediados em Rondônia, sul do Amazonas e Acre. Visando melhorar o embarque e desembarque de gêneros, O 17 B Log SI possui 2 (duas) empilhadeiras de 3.0 e 3.5 Ton, mas poucos militares são capacitados para operar tal equipamento, com isso é necessário a **realização do curso por mais militares**. Vale destacar que pela complexidade do equipamento, é essencial que seja realizado um **Curso de especialização complexo**, pois o mau uso do equipamento pode danificar o mesmo ou trazer riscos a integridade física de quem o opera. (grifos acrescidos).

44. De acordo com o Decreto-Lei nº 4.048/42, bem como seu Regimento Interno, o SENAI é instituição incumbida ao ensino. Com isso, é possível concluir que o objeto a ser contratado (cursos de qualificação/capacitação) possui nexo com a natureza da instituição (ensino), havendo, ao que tudo indica, o cumprimento do requisito previsto na lei 8.666/93.

FL Nº 40

A contratação deve ser *intuito personae*

45. Consoante estabelece a ON nº 14/2009 da AGU, "os contratos firmados com as fundações de apoio com base na dispensa de licitação prevista no inc. XIII do art. 24 da lei nº 8.666, de 1993, devem estar diretamente vinculados a projetos com definição clara do objeto e com prazo determinado, sendo vedadas a subcontratação; a contratação de serviços contínuos ou de manutenção; e a contratação de serviços destinados a atender as necessidades permanentes da instituição".

46. Inclusive, no âmbito do Tribunal de Contas da União, há farta jurisprudência exigindo a comprovação da capacidade da entidade executar o objeto por meios próprios, sendo vedada a subcontratação. Veja-se:

> 1. A entidade contratada por dispensa de licitação, com base no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/1993, deve comprovar indiscutível capacidade para a execução do objeto pactuado por meios próprios e de acordo com as suas finalidades institucionais, sendo regra a inadmissibilidade de subcontratação.
> (TCU, Acórdão 2669/2016 - Plenário)

47. Quanto a este ponto, à luz da ON AGU nº 14/2009 e da jurisprudência do TCU acima transcrita, **recomenda-se** ao assessorado a adoção das seguintes medidas:

03

a) Declarar expressamente que a presente contratação não será um serviço contínuo e tampouco atenderá às necessidades administrativas permanentes do órgão assessorado;

b) Exigir do SENAI comprovação de que possui capacidade para executar o objeto (cursos de qualificação profissional) por meios próprios, sem ajuda de terceiros. Além disso, deve o órgão assessorado exigir declaração expressa do SENAI de que não irá, em qualquer hipótese, realizar a subcontratação do objeto a ser contratado.

Requisitos formais: art. 26 da Lei 8.666/93

48. Cumpre agora verificar a observância das demais formalidades legais aplicáveis, nos termos do art. 26 do mesmo diploma:

> Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.
> Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:
> I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;
> II - razão da escolha do fornecedor ou executante;
> III - justificativa do preço.
> IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Ratificação do ato de dispensa

49. Primeiramente, no que toca às exigências insertas no "caput" do art. 26, necessária a ratificação do ato de dispensa pela autoridade competente.

50. O órgão assessorado deve providenciar a juntada.

Publicidade NÃO NECESSÁRIO - ORIENTAÇÃO DO NORMATIVA 34, 13 DEZ 21.

51. Convém destacar que deve ser dada publicidade ao ato administrativo que autoriza a contratação direta, conforme Orientação Normativa da AGU, *in verbis*:

FL Nº 41

> **ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 33, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011**
> "O ato administrativo que autoriza a contratação direta (art. 17, §§ 2º e 4º, art. 24, inc. III e seguintes, e art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993) deve ser publicado na imprensa oficial, sendo desnecessária a publicação do extrato contratual."

Razões de escolha da futura contratada

52. O inciso II do parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8666/93 exige que os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação sejam instruídos com as razões de escolha da futura contratada.

53. A Administração tratou da razão da escolha no termo de referência **(item 8)**.

54. Recomenda-se avaliar as seguintes diligências: 04

⇒ a) Se as demais instituições do Sistema "S" não tiverem disponíveis os cursos pretendidos pelo assessorado, será possível dar prosseguimento à contratação, cabendo o seu enquadramento no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93, destacando que a comprovação de inexistência de competição entre as instituições é de responsabilidade do gestor do órgão assessorado;

OU

⇒ b) Caso alguma das instituições do Sistema "S" apresente proposta, tendo disponibilidade dos cursos, deverá o assessorado promover o processo competitivo para a escolha da proposta mais vantajosa.

Justificativa do preço

55. O inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8666/93 exige que os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação sejam instruídos com a justificativa do preço.

56. No caso dos autos, o órgão assessorado juntou ao processo:

- Relatório da pesquisa de preços: fls. 18/20;
- Proposta Comercial - SENAI-RO: fls. 20/24.

57. Há um tópico específico sobre a pesquisa de preços **(item 11 do termo de referência)**:

> 11. DA PESQUISA DE PREÇOS E ESTIMATIVA DE CUSTOS
>
> 11.1. A pesquisa de preços dos serviços a serem adquiridos foram realizadas mediante os seguintes parâmetros Do Art. 5º, da INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 65, de 7 de Julho de 2021, do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão: I composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas Oficiais de governo, como Painel de preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente; e , IV pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham

sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital. Foi utilizado com estimativa de preços o Menor Preço por item através de três orçamentos e o custo total é de R$ 3.600,00.

FL Nº 42

58. No que tange à pesquisa de preços propriamente dita, a **Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020**, dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O art. 7º estabelece:

> REGRAS ESPECÍFICAS
>
> **Inexigibilidade de licitação**
>
> Art. 7º Os processos de inexigibilidade de licitação deverão ser instruídos com a devida justificativa de que o preço ofertado à administração é condizente com o praticado pelo mercado, em especial por meio de:
>
> I - documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da autorização da inexigibilidade pela autoridade competente;
>
> II - tabelas de preços vigentes divulgadas pela futura contratada em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo data e hora de acesso.
>
> §1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.
>
> §2º Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o caput pode ser realizada com objetos de mesma natureza.
>
> §3º Caso a justificativa de preços aponte para a possibilidade de competição no mercado, vedada está a inexigibilidade.
>
> **§ 4º O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, às hipóteses de dispensa de licitação, em especial as previstas nos incisos III, IV, XV, XVI e XVII do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.**

59. À luz destas determinações, recomenda-se aperfeiçoar a instrução do processo, com a devida **justificativa** de que o preço ofertado à administração é condizente com o praticado pelo mercado, em especial por meio de: documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da autorização da inexigibilidade pela autoridade competente; tabelas de preços vigentes divulgadas pela futura contratada em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo data e hora de acesso. " PESQUISA DE PREÇO PELO PAINEL DE PREÇOS"

60. Com relação à justificativa do preço, trata-se de um dever imposto ao Administrador, que tem por finalidade confirmar a razoabilidade do valor da contratação, conferindo por consequência, probidade e moralidade ao ajuste. A **área técnica** do órgão deve verificar e atestar o cumprimento das diretrizes acima (**art. 7º da IN n. 73, de 2020**).

61. Deve-se lembrar que os contratos decorrentes de afastamento de licitação costumam ser vistos com maior rigor pelos órgãos de controle, motivo pelo qual é recomendável que a Administração reúna todos os elementos ao seu alcance para demonstração da razoabilidade dos preços, visando afastar eventuais questionamentos apontando para superfaturamento de preços, comprometendo a eficácia do ajuste.

62. É de **inteira responsabilidade** da autoridade contratante a verificação quanto à plausibilidade dos valores apresentados. Os membros da Consultoria não detêm competência legal, conhecimento especializado ou mesmo ferramentas para avaliar a adequação das avaliações de preços realizadas nos processos submetidos à análise jurídica. A responsabilidade pela idoneidade e lisura de tais atos recai integralmente sobre os agentes do órgão consulente.

Demais formalidades legais relativas à contratação

Planejamento da contratação: IN SEGES/MP nº 05/2017

63. O planejamento da contratação é a primeira fase de um processo de licitação, possuindo internamente quatro etapas sucessivas, quais sejam: formalização da demanda, estudos preliminares, gerenciamento de riscos e confecção do Projeto Básico. Convém ressaltar:

> Art. 20. O Planejamento da Contratação, para cada serviço a ser contratado, consistirá nas seguintes etapas:
>
> I - Estudos Preliminares;
>
> II - Gerenciamento de Riscos; e
>
> III - Termo de Referência ou Projeto Básico.
>
> **§ 1º As situações que ensejam a dispensa ou inexigibilidade da licitação exigem o cumprimento das etapas do Planejamento da Contratação, no que couber.**

64. Ressalte-se, sob o teor do art. 20, § 1º, acima transcrito, que a IN exige o cumprimento das etapas de Planejamento da Contratação, inclusive para os procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Formalização da demanda

65. Nos termos do art. 21 da IN nº 05/2017, a fase de planejamento da contratação se inicia com a elaboração documento para a formalização da demanda pelo setor requisitante, contemplando certos requisitos, como justificativa, quantidade, previsão da data de início do serviço e indicação do setor que irá compor a equipe de elaboração dos estudos preliminares.

66. O órgão assessorado juntou aos autos o Documento de Formalização de Demanda (v. relatório).

Estudos Preliminares

67. Após a etapa de formalização, a equipe de planejamento deve realizar os Estudos Preliminares.

68. A Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital. O art. 7º trata do conteúdo do documento:

> Art. 7º Com base no documento de formalização da demanda, as seguintes informações deverão ser produzidas e registradas no Sistema ETP digital:
>
> I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
>
> II - descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade;
>
> III - levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:
>
> a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e
>
> b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.
>
> IV - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução;
>
> V - estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
>
> VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo

classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável; FL Nº 44

VIII - contratações correlatas e/ou interdependentes;

IX - demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão;

X - resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável;

XI - providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização;

XII - possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento; e

XIII - posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.

§ 1º Caso, após o levantamento do mercado de que trata o inciso III, a quantidade de fornecedores for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, flexibilizando-os sempre que possível.

§ 2º Os ETP devem obrigatoriamente conter os elementos dispostos nos incisos I, IV, V, VI, VII, IX e XIII do caput deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos do caput, apresentar as devidas justificativas no próprio documento que materializa os ETP.

§ 3º Nas contratações que utilizam especificações padronizadas estabelecidos nos Cadernos de Logística divulgados pela Secretaria de Gestão, poderão ser produzidos somente os elementos dispostos no caput que não forem estabelecidos como padrão.

§ 4º Ao final da elaboração dos ETP, deve-se avaliar a necessidade de classificá-los nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

69. O órgão assessorado juntou aos autos os Estudos Preliminares (v. relatório).

70. Recomenda-se que o órgão assessorado observe as diretrizes da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, no que for *compatível* com a pretendida contratação. Como as fases do planejamento da contratação são aplicáveis apenas "no que couber" aos procedimentos de dispensa e inexigibilidade, é salutar que a administração *justifique* a ausência dos elementos faltantes, a fim de atender aos ditames legais. FL 05.

71. Tais documentos são de ordem eminentemente técnica. Esta Consultoria não detém os conhecimentos, nem tampouco competência, para opinar acerca do seu conteúdo. A **responsabilidade** pelos documentos recai sobre os agentes públicos competentes.

Gerenciamento de Riscos

72. O gerenciamento de riscos é a terceira etapa do planejamento da contratação, que consiste basicamente na elaboração de documento que possa identificar os principais riscos na execução do contrato. Tal etapa deve ser materializada pelo Mapa de Riscos. Veja-se, a propósito, as disposições dos arts. 25 e 26 da instrução ministerial:

Art. 25. O Gerenciamento de Riscos é um processo que consiste nas seguintes atividades:

I - identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação;

II - avaliação dos riscos identificados, consistindo da mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco;

III - tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências;

IV - para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, definição das ações de contingência para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem; e

V - definição dos responsáveis pelas ações de tratamento dos riscos e das ações de contingência.

Parágrafo único. A responsabilidade pelo Gerenciamento de Riscos compete à equipe de Planejamento da Contratação devendo abranger as fases do procedimento da contratação previstas no art. 19.

> Art. 26. O Gerenciamento de Riscos materializa-se no documento Mapa de Riscos.
>
> § 1º O Mapa de Riscos deve ser atualizado e juntado aos autos do processo de contratação, pelo menos:
>
> I - ao final da elaboração dos Estudos Preliminares;
>
> II - ao final da elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico;
>
> III - após a fase de Seleção do Fornecedor; e
>
> IV - após eventos relevantes, durante a gestão do contrato pelos servidores responsáveis pela fiscalização.
>
> § 2º Para elaboração do Mapa de Riscos poderá ser observado o modelo constante do Anexo IV.

73. O órgão assessorado juntou aos autos o Mapa de Riscos (v. relatório).

Justificativa da necessidade da contratação

74. Quanto à justificativa da contratação, não cabe ao órgão jurídico adentrar o mérito (oportunidade e conveniência) das opções do Administrador, exceto em caso de afronta a preceitos legais. O papel do órgão jurídico é recomendar que tal justificativa seja a mais completa possível, orientando o órgão assistido, se for o caso, pelo seu aperfeiçoamento ou reforço, na hipótese de ela se revelar insuficiente, desproporcional ou desarrazoada, de forma a não deixar margem para futuros questionamentos.

75. No caso em tela, a justificativa foi apresentada (item 2 - ETP).

76. Em relação aos **quantitativos**, há um tópico sobre o tema (item 7).

Disponibilidade orçamentária FL 04

77. Deve ser providenciada a juntada de Declaração de disponibilidade orçamentária.

Regularidade fiscal, trabalhista e demais FL 30

78. Deve-se verificar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF se há algum impedimento à contratação, fazendo-se juntar aos autos a devida comprovação de regularidade de todas as condições de habilitação, sem prejuízo da consulta ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN, de que trata o inciso III do art. 6º combinado com o art. 8º da Lei nº 10.522, de 2002.

Designação dos agentes competentes para o presente feito

79. Foi juntada a publicação referente à Equipe de Planejamento (fls. 10).

Projeto Básico

80. O projeto básico, devidamente aprovado pela autoridade competente, constitui documento inaugural da contratação, na medida em que se presta à orientação do órgão, com relação àquilo que deverá fornecer, assim como da própria Administração, que com ele define exatamente as necessidades a serem atendidas mediante a celebração do ajuste.

81. Ainda que se trate de procedimento de inexigibilidade de licitação, a elaboração do projeto básico, contendo os requisitos e condições mínimos para o bom planejamento da contratação, é medida exigida pelo art. 7º, inciso I c/c com o § 9º, da Lei nº 8.666/93:

> Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:

FL Nº 46

> I - projeto básico;
> (...)
>
> **§ 9º O disposto neste artigo aplica-se também, no que couber, aos casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação.**

82. Nos termos do art. 28 da IN SEGES/MP nº 05/2017, após providenciar o Documento de Formalização da Demanda, Estudos Preliminares e o Mapa de Riscos, a equipe de planejamento deverá confeccionar o projeto básico. Trata-se, portanto, de medida imprescindível à presente contratação.

> Art. 28. O Projeto Básico ou Termo de Referência deverá ser elaborado a partir dos Estudos Preliminares, do Gerenciamento de Risco e conforme as diretrizes constantes do Anexo V, devendo ser encaminhado ao setor de licitações, de acordo com o prazo previsto no art. 27.

83. No caso dos autos, o órgão assessorado juntou aos autos o Termo de Referência (fls. 29/33).

84. O documento apresenta conteúdo *específico* relacionado à demanda do órgão. Desse modo, tendo em vista o elevado *teor técnico* do documento, a **responsabilidade** pela peça recai sobre os agentes públicos do órgão consulente, uma vez que não compete a esta Consultoria adentrar em assuntos alheios à sua competência legal.

Minuta contratual

85. O Órgão Consulente não juntou minuta de contrato.

86. Ao que tudo indica, a opção do Administrador foi dispensar, na presente contratação, o termo de contrato, escolha que encontra amparo legal no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993:

> Art. 62 - O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

87. Entende-se, portanto, que em havendo contratação que se encontre dentro dos limites referentes à licitação na modalidade Convite, o termo de contrato poderá ser substituído. Sendo assim, conforme o Decreto 9.412/2018, que atualizou os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o contrato poderá ser dispensado nas contratações de serviços cujo valor esteja abaixo de R$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais).

88. Vale frisar, no entanto, que, mesmo que dispensado o termo de contrato, a lei determina que a avença seja formalizada em **instrumento substitutivo**, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, etc., o qual deverá ser devidamente providenciado pelo órgão.

NOTA DE EMPENHO !

89. Destaque-se que, nos termos do § 2º do art. 62, o referido instrumento substitutivo deverá conter as cláusulas elencadas no art. 55 da mesma Lei nº 8.666, de 1993, naquilo que couber, de forma que consigne as condições essenciais que regerão a execução do ajuste, tais como a descrição precisa do objeto, obrigações e responsabilidades das partes, a vinculação aos termos do edital, da proposta vencedora, os prazos de execução, forma e prazo de pagamento, sanções, etc., para fins de regência dos aspectos essenciais da relação contratual.

90. Caso o órgão venha a optar pela manutenção da dispensa do instrumento de contrato, diante das considerações acima, vindo a substituí-lo por outro instrumento, o Consulente deve observar o regramento do artigo 55 da Lei de Licitações, para atendimento do artigo 62, §2º, da lei, ou seja, deverá fazer constar expressamente do instrumento substitutivo a observação de que o fornecedor se vincula à sua proposta e aos elementos do processo administrativo de dispensa, sendo que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666, de 1993; nestes casos, o fornecedor reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

91. Importante mencionar que se a contratada estiver vinculada à **prestação de obrigações futuras**, o Consulente deverá firmar instrumento de contrato. Em tal caso, recomenda-se adoção da minuta da AGU:

NÃO É O CASO!

Câmara Nacional de Modelos de Licitação e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União

Termo de Contrato - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Não-Continuados

Atualização: Julho/2020

FLN 47

92. Evidentemente, deve-se providenciar as **adaptações à contratação direta**, de acordo com as peculiaridades do objeto. A minuta citada deve ser devidamente complementada com os dados requeridos, observando-se, ainda, as **"notas explicativas"** dela constantes.

CONCLUSÃO

93. Em face do exposto, opina-se, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, pela necessidade de observância das recomendações e ressalvas apontadas ao longo do Parecer, notadamente aquelas registradas nos **parágrafos 15 a 17, 20, 47, 50, 51, 54, 59 a 62, 70, 77, 78, 86 a 92.**

94. Somente após o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer, ou após seu afastamento, de forma motivada, consoante previsão do art. 50, VII, da Lei de Processo Administrativo, será possível dar-se o prosseguimento do feito, nos seus demais termos, sem nova manifestação desta Consultoria.

95. O parecer não será objeto de obrigatória aprovação pelo Coordenador, a quem cabe avocar e não aprovar total ou parcialmente a manifestação jurídica, inclusive procedendo a ajustes, conforme o Regimento Interno da E-CJU (art. 22 da Portaria E-CJU/SSEM/CGU/AGU nº 1, de 21 de julho de 2020).

96. Ao órgão assessorado.

Fortaleza, 2 de junho de 2022.

[assinatura eletrônica]
TIAGO MACEDO CLARK
ADVOGADO DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 64012002393202253 e da chave de acesso 92887e72

Documento assinado eletronicamente por TIAGO MACEDO CLARK, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 902147361 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): TIAGO MACEDO CLARK. Data e Hora: 02-06-2022 18:27. Número de Série: 690732384169959492539834525957999002. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
17º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA
(BASE LOGÍSTICA CAPITÃO-GENERAL LUIZ DE ALBUQUERQUE DE MELO PEREIRA E CÁCERES)

DESPACHO SANEADOR AO PARECER n. 01777/2022/ADV/E-CJU/SSEM/CGU/AGU,
PROCESSO ADMINISTRATIVO - NUP 64012.002393/2022-53

A fim de cumprir as orientações contidas no **parecer n. 01777/2022/ADV/E-CJU/SSEM/CGU/AGU**, esta OM adotou os seguintes procedimentos:

ITENS	JUSTIFICATIVA/SOLUÇÃO
15 a 17	Acatadas conforme Fl 53.
20	Acatadas conforme Fl 49.
47	Acatadas conforme Fl 53.
50	Acatadas conforme Fl 54.
51	A solicitação é dispensável, conforme Orientação Normativa 34, de 13 de dezembro de 2011.
54	Não foi encontrado o referido curso nas outras instituições do sistema "S" (SENAC e SESC).
59 a 62	As solicitações foram acatadas anteriormente por meio de mapa comparativo. Fl 10.
70	As solicitações foram acatadas anteriormente por meio da Fl 05.
78	As solicitações foram acatadas. Fl FL30
86 a 92	O contrato será substituído por Nota de Empenho.

Porto Velho-RO, 6 de junho de 2022

ROSSINALDO BEZERRA DA SILVA – Cel
Ordenador de Despesas do 17º Batalhão Logístico de Selva

foram devidamente justificadas no processo?		
26. O Edital permite a adesão a não participantes? (Art. 22 do Decreto nº 7.892/13)	Resposta	
26.1 Houve justificativa para a permissão de futura adesão de interessados não-participantes? (Acórdão nº 757/2015 – Plenário do TCU)	Resposta	
26.2 Havendo possibilidade de adesão, há previsão de quantitativos para máximos por adesão e totais, nos termos do art. 22, §§ 3º, 4º e 4º-A do Decreto nº 7.892/13?	Resposta	
27. A licitação adota o critério de adjudicação por item?	Resposta	
27.1 Caso utilizado critério de adjudicação por preço global de grupo de itens, foi apresentada justificativa?[40]	Resposta	

LISTA DE VERIFICAÇÃO 4 - ESPECÍFICA PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO[41]	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
28. Houve justificativa do enquadramento ou não do objeto dentro das hipóteses do art. 24 da Lei nº 8.666/93 ou de legislação específica pertinente, com indicação expressa do fundamento legal utilizado?[42]	Resposta	FL 03
28.1. Nas hipóteses do art. 24, incisos IV e XXXV, houve demonstração da caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, conforme o caso, nos termos do art. 26, parágrafo único, inciso I da Lei nº 8.666/93?	Resposta	N. A
29. Constam dos autos as razões para escolha do executante a ser contratado?	Resposta	FL 03
30. Consta dos autos prova: a) de regularidade fiscal federal; b) de regularidade com a Seguridade Social; c) de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; d) de regularidade trabalhista; e) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7o da Constituição Federal; e f) ausência de penalidade que vede a contratação com o órgão (artigo 27 e seguintes da Lei 8.666/1993)?[43]	Resposta	FL 31-33
31. Foi juntada aos autos consulta ao CADIN? (art. 6º, III da Lei nº 10.522/02)[44]	Resposta	FL 33
32. Houve o reconhecimento da dispensa de licitação e a sua ratificação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93, com a publicação do respectivo extrato, no prazo de 5 (cinco) dias?[45]	Resposta	FL 54

[1] Obs.: Dispõe a ON-AGU 2/2009: *"os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento."*

[2] art. 1º, inc. III, IN SEGES 05/2017

[3] Obs.1: Atentar para as exceções à obrigatoriedade de registro no Plano anual previstas no art. 7º do Decreto. Considerando que o art. 22 estende a aplicação dos seus termos às contratações do regime da Lei nº 8.666/93, muito embora sejam citados dispositivos da Lei nº 14.133/21, também estão incluídas as contratações enquadradas nos dispositivos correlatos das Leis nº 8.666/93, 10.520/02 e 12.462/11, onde aplicável.

[4] art. 21, inc. III, IN/SEGES 5/2017

[5] art. 20, art. 24 da IN SEGES/MP nº 5/2017 e IN SEGES/ME nº 40/2020

[6] Obs.1: O art. 8º, I da IN SEGES/ME nº 40/2020 estabelece que é facultada a elaboração dos Estudos Preliminares nas hipóteses dos incisos I, II, III, IV e XI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Obs.2: Nas contratações que utilizam especificações padronizadas estabelecidos nos Cadernos de Logística divulgados pela Secretaria de Gestão, poderão ser produzidos somente os elementos que não forem estabelecidos como padrão (art. 7º, §3º da IN SEGES/ME nº 40/2020)

[7] art. 7º, §2º, da IN SEGES/ME nº 40/2020

[8] art. 14, inciso II, do Decreto n.º 10.024/19

[9] arts. 20 e 26 da IN/SEGES 5/2017

[10] Obs.: O §2º do artigo 20 da IN 05/2017 estabelece que ficam dispensadas da elaboração do mapa de riscos, na fase de planejamento da contratação, as contratações de serviços cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

[11] art. 18, §1º, IN/SEGES 5/2017

[12] art. 3º, XI do Decreto 10.024/19, art. 27 e 28, §2º, IN/SEGES 05/2017

[13] art. 29, IN/SEGES 05/2017

[14] IN SLTI/MP nº 1/2010, art. 5º

[15] art. 14, II, do Decreto 10.024/19; art. 7º, §2º, I da Lei 8.666/93

[16] art. 3º, III, da Lei 10.520/02, art. 3º, XI, "a", "2" do Decreto 10.024/19, arts. 15, V e §1º, e art. 43, IV, da Lei 8.666/93.

[17] art. 3º e art. 6º, §3º, da IN 73/2020

[18] art. 8º, IV, do Decreto 10.024/19 e arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, caput, da Lei 8.666/93

[19] ON/AGU 52/2014

[20] Obs. 1: ON AGU 52: *"As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar 101, de 2000."*

[21] Art. 34 da IN SEGES/MP nº 5/2017

[22] ON AGU nº 54/2014: *Compete ao agente ou setor técnico da Administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.*

[23] art. 1º da Lei 10.520/02; art. 1º do Decreto 10.024/2019

[24] art. 3º, IV, §§1º e 2º da Lei 10.520/02, art. 8º, VI do Decreto 10.024/19

[25] art. 1º, §4º do Decreto 10.024/2019

[26] art. 38, III, da Lei 8.666/93

[27] art. 38, caput, da Lei 8.666/93 e art. 8º, V do Decreto nº 10.024/19

[28] art. 4º, III, da Lei 10.520/02, art. 8º, VII do Decreto nº 10.024/19 e art. 40 da Lei 8.666/93

[29] Art. 34 da IN SEGES/MP nº 5/2017

[30] art. 40, §2º, III, da Lei 8.666/93

[31] Obs. 1: se a Administração Pública desejar substituir o contrato por outros instrumentos hábeis na forma do art. 62 da Lei 8.666/93, deverá justificar a decisão.

[32] art. 40 , §2º, II, da Lei 8.666/93
[33] art. 21, VI, da IN CONJUNTA MP/CGU 01/2016
[34] art. 4º e 5º, I, do Decreto 7.892/13
[35] art. 4º, §1º, do Decreto 7.892/13
[36] art. 5º, II, do Decreto 7.892/13
[37] art. 5º, IV, do Decreto 7.892/13
[38] art. 5º, V, do Decreto 7.892/13
[39] Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas
[40] Atentar para a recomendação do TCU, emanada no acórdão 2037/2019-Plenário, nos seguintes termos:
9.6. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo desta Corte que, em reforço ao constante do item 9.3 do Acórdão 757/2015-Plenário, oriente suas unidades sobre a necessidade de sempre avaliar os seguintes aspectos em processos envolvendo pregões para registro de preços: [...]
9.6.3. obrigatoriedade da adjudicação por item como regra geral, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes e a seleção das propostas mais vantajosas, sendo a adjudicação por preço global medida excepcional que precisa ser devidamente justificada, além de incompatível com a aquisição futura por itens - arts. 3º, § 1º, inciso I, 15, inciso IV, e 23, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/1993, e Acórdãos 529, 1.592, 1.913, 2.695 e 2.796/2013, todos do Plenário.
[41] OBS: Nos termos da Orientação Normativa AGU nº 46, de 26/02/2014, a manifestação jurídica nas contratações diretas pelo pequeno valor (fundadas no art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93) é dispensável quando inexistir dúvida jurídica e forem usadas minutas padronizadas (como as minutas da AGU).
[42] OBS 1: Orientação Normativa AGU n. 12, de 01/04/2009: *Não se dispensa licitação, com fundamento nos incs. V e VII do art. 24 da lei nº 8.666, de 1993, caso a licitação fracassada ou deserta tenha sido realizada na modalidade convite.*
OBS 2: Orientação Normativa n. 13, de 01/04/2009: *empresa pública ou sociedade de economia mista que exerça atividade econômica não se enquadra como órgão ou entidade que integra a administração pública, para os fins de dispensa de licitação com fundamento no inc. VIII do art. 24 da lei nº 8.666, de 1993.*
OBS 3: Orientação Normativa n. 14, de 01/04/2009: *Os contratos firmados com as fundações de apoio com base na dispensa de licitação prevista no inc. XIII do art. 24 da lei nº 8.666, de 1993, devem estar diretamente vinculados a projetos com definição clara do objeto e com prazo determinado, sendo vedadas a subcontratação; a contratação de serviços contínuos ou de manutenção; e a contratação de serviços destinados a atender as necessidades permanentes da instituição.*
[43] OBS: A consulta deve ser feita nos seguintes endereços:
a) SICAF;
b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS);
OBS 2: Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)
[44] OBS: Atente-se que o cadastro do CADIN é meramente informativo, de modo que a existência de pendências não impede a contratação.
[45] OBS: Registre-se que a Orientação Normativa AGU n. 33, de 13/12/2011, dispensa a publicação do extrato contratual caso seja publicado o ato de autorização/ratificação da contratação direta.
OBS 2: Nos termos da Orientação Normativa AGU n. 34, de 13/12/2011, as contratações diretas fundadas no art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 dispensam inclusive a publicação do ato que autoriza/ratifica a contratação direta, sem prejuízo de outros meios de publicidade do ato.

FL Nº 52

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
17º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA
(BASE LOGÍSTICA CAPITÃO-GENERAL LUIZ DE ALBUQUERQUE DE MELLO PEREIRA E CÁCERES)

REQUISIÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE CURSO DE OPERADOR DE EMPILHADEIRAS

DIEx nº 093– Depósito CL I/COL/Cmt
EB – 64012.002393/2022-53
Porto Velho, 06 de junho de 2022.

Do Cmt do Pel CL I.

Ao Sr Ordenador de Despesas

Assunto: Contratação de serviço para curso de operador de empilhadeira, conforme Art 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93.

Anexos:
- 2022NC401456 / COLOG;
- Estudo Técnico Preliminar;
- Relatório de Pesquisa de Preços;
- Documento de Formalização da Demanda; e
- Mapa de Riscos;
- Termo de referência Simplificado; e
- Parecer Jurídico nº 246/2021 – SENAI/RO.

1. Nos termos contidos no Art. 13 das IG 12 - 02, aprovadas pela Port Min Nº 305 de 24 Mai 95, solicito providências no sentido de aprovar a seguinte despesa com prestação de serviço especificado, a fim de atender necessidades desta Organização Militar.

2. A referida solicitação tem por finalidade contratar empresa especializada em manuseio de empilhadeiras, pois o 17º Batalhão Logístico de Selva tem como função síntese o transporte de gêneros alimentícios frios e secos para os quarteis da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, quarteis estes sediados nos estados de Rondônia, Acre e sul do Amazonas. Visando melhorar o embarque e desembarque de gêneros, o 17º B Log Sl possui 2 (duas) empilhadeiras de 3.0 e 3.5 Ton, mas poucos militares são capacitados para operar tal equipamento, com isso é necessário a realização do curso por mais militares. Vale destacar que pela complexidade do equipamento, é essencial que seja realizado um curso de especialização complexo, pois o mau uso do equipamento pode danificar o mesmo ou trazer riscos a integridade física de quem o opera.

3. O serviço contratado está presente no plano de gestão da OM, OE - 3 - Aumentar a efetividade na gestão do bem público.

FL Nº 53

4. A contratação do curso será realizada com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI/RO, sendo uma entidade privada de formação profissional, sem fins lucrativos, caracterizado como um serviço social autônomo, não integrante da administração pública direta, nem indireta, vinculada aos sistema sindical patronal e sob a administração superior da confederação nacional da indústria – CNI, conforme disposto no Art. 240, da CF, criado pelo Decreto – Lei nº 4048, de 22.01.42, e regulamentado pelo decreto nº 494, de 10.01.62.

5. A Dispensa de Licitação será amparada no Art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93, conforme a seguir:

> "Art.24 – é dispensável a licitação: XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos "

6. O serviço a ser contratado não se caracteriza como atividade de custeio; informo, também, que o serviço a ser contratado está de acordo com os limites e instâncias de governanças.

7. A presente contratação não será, em hipótese alguma, um serviço contínuo e tampouco atenderá as necessidades administrativas permanentes do órgão assessorado; informo ainda que o curso de operador de empilhadeiras está voltado para a área industrial, sendo assim as demais instituições do sistema "S" não apresentaram como proposta cursos voltados para área industrial, sendo o mais competente a contratação de serviços que tenham como competência e experiência a área industrial. Com isso foi proposto o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

DISPENSA DE LICITAÇÃO
03.783.989/0001-45 – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL.

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DO SERVIÇO	UND FORN	QNT	MENOR VALOR	VALOR TOTAL
01	TRANSPORTE, MOVIMENTAÇÃO E MANUSEIO – SEGURANÇA PARA OPERADOR DE EMPILHADEIRA 20H PRESENCIAL.	SV	1 (30 Alunos)	R$ 3.600,00	R$ 3.600,00
VALOR TOTAL DA REQUISIÇÃO					R$ 3.600,00

ÁVYLA FONSECA DE MEDEIROS – 1º Ten
Cmt do Pel CIA do 17º B Log Sl

FL Nº 59

DESPACHO DO FISCAL ADMINISTRATIVO	DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
1.O referido serviço necessita ser contratado. 2. Para fins do Art 38 da Lei 8.666, de 21 Jun 93, empregar os recursos conforme nota de crédito em anexo, na natureza da despesa 339039. Porto Velho - RO, 6 de JUNHO de 2022. **BRUNO DE SÁ JERÔNIMO – MAJ** Fisc adm do 17º B Log Sl	1. Autorizo a contratação do serviço por meio de dispensa de licitação. 2. A SALC realize o empenho da despesa conforme Art 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93. 3. Publique-se em Boletim Administrativo, se for o caso. Porto Velho - RO, 6 de JUNHO de 2022. **ROSSINALDO BEZERRA DA SILVA – CEL** Ordenador de Despesas do 17º B Log Sl

RATIFICAÇÃO

Consideradas as razões expendidas pelo Ordenador de Despesas do 17º Batalhão Logístico de Selva (17ª Base Logística), quanto à dispensa de licitação, relativa ao serviço supramencionado, entende que foram satisfeitas as exigências legais, ratifico – o presento processo de dispensa de solicitação, conforme exigem o caput do artigo 26 da lei nº 8666/ 1993.

Porto Velho – Ro, 09 De JUNHO De 2022.

Gen Bda JORGE AUGUSTO RIBEIRO CACHO
Comandante da 17ª Brigada de Infantaria de Selva

SESI SENAI

PELO FUTURO DO TRABALHO

FL Nº 56

Nº 00101/2022 – SENAI CETEM

Porto Velho, 07 de junho de 2022.

CARTA INTERNA

Do: **Gerente de Unidade SESI/SENAI/IEL**
Ao: **Chefe da Seção Aquisição de Licitações e Contratos da 17ª BASE LOGÍSTICA**

Assunto: **Resposta ao parecer n. 01777/2022/ADV/E-CJU-SSEM/CGU/AGU**

Ref.: **Parecer n. 01777/2022/ADV/E-CJU-SSEM/CGU/AGU**

Anexos:

Senhor Chefe de Seção,

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI-DR/RO, entidade privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 03.780.605/0001-30, declara para os devidos fins, que possui capacidade técnica para executar, por meios próprios, os cursos de qualificação profissional, sem ajuda de terceiros, bem como não irá, em qualquer hipótese, realizar subcontratação do objeto a ser contratado mediante **NUP: 64012.002393/2022-53**.

O SENAI-DR/RO, declara ainda, que, no tocante aos conteúdos programáticos relacionados à segurança para operador de empilhadeira, às suas ações ocorrem de forma integrada com o SESI-DR/RO, entidade que também compõe o Sistema Indústria, podendo assim utilizar competências técnicas de ambas instituições, para ministrar conhecimentos específicos imprescindíveis ao desenvolvimento do curso.

Atenciosamente,

Cleber Santos Melo
Gerente de Unidade SESI/SENAI/IEL

Scanned with CamScanner

ÁREA DE ATUAÇÃO

Pesquisar

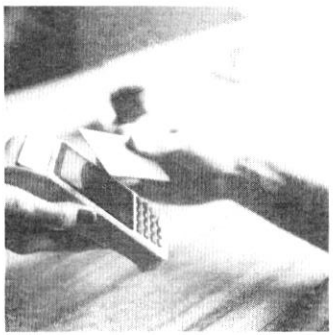
Pesquisar produtos...

Filtros de pesquisa

- Área de atuação
  - Beleza
  - Comércio
  - Gastronomia
  - Informática
  - Saúde
  - Segurança
- Conteúdo
  - EaD
- Cursos
  - Aperfeiçoamento

Exibindo 1–20 de 32 resultados

Ordenação padrão



A arte de se comunicar e de vender mais



Access



Agilidade na Digitação

FL Nº 56

- Especialização
- Qualificação
- Técnico

Não encontrou o curso?

Registre aqui o seu interesse!

Nome

Curso

Unidade

Celular

ENVIAR



Aspectos legais do atendimento ao cliente



Bolo



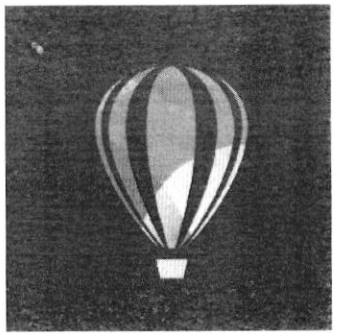
Cabeleireiro



Confeitagem de Bolos



Confeiteiro



Corel Draw

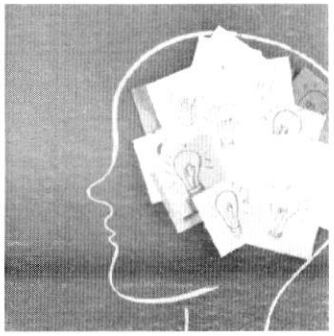






FL Nº 54

Cozinha Fitness Cozinha Regional Cozinheiro



Design thinking aplicado a vendas



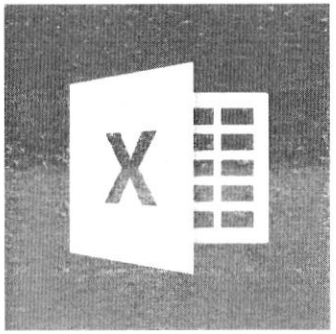
Designer de Sobrancelhas com Hena



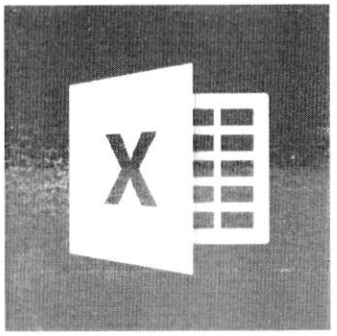
Digitação



E-commerce vendendo no comércio eletrônico



Excel



Excel Avançado

FL Nº 58

ÁREA DE ATUAÇÃO

Pesquisar

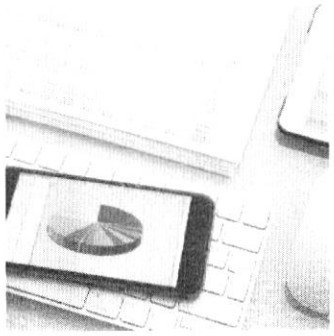
Pesquisar produtos...

Filtros de pesquisa

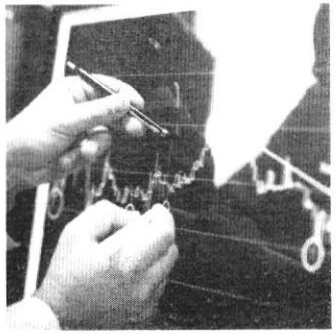
- Área de atuação
  - Beleza
  - Comércio
  - Gastronomia
  - Informática
  - Saúde
  - Segurança
- Gratuito
  - PSG
- Idiomas
  - Agende seu curso

Exibindo 21–32 de 32 resultados

Ordenação padrão



Informática básica



Inteligência de mercado – BIG DATA



Inteligência Emocional e Vendas

FL Nº 59

Especialização
Extensão
Técnico

Não encontrou o curso?

Registre aqui o seu interesse!

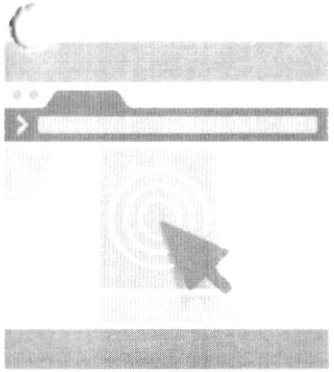
Nome

Curso

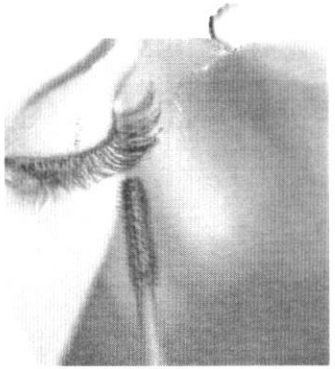
Unidade

Celular

ENVIAR



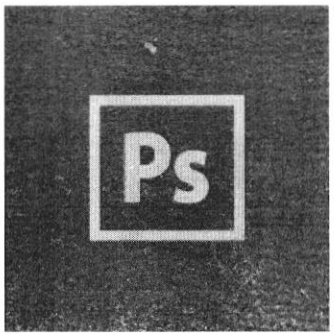
Internet



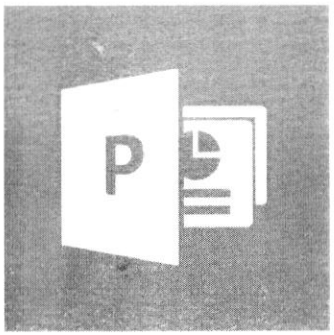
Maquiador



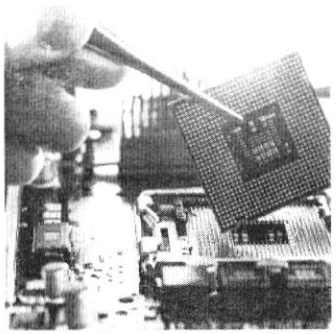
NR 20 - Intermediário - Manutenção e



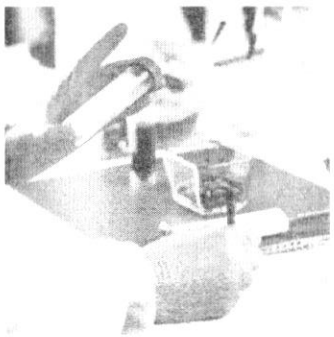
Photoshop

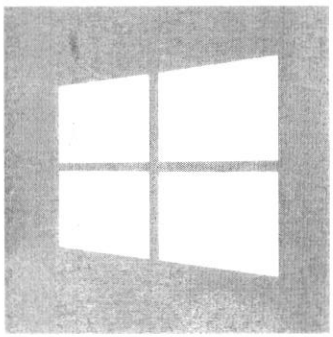


PowerPoint



Técnico em informática







FL Nº 60

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	03.783.989/0001-45 DUNS®: 922319629
Razão Social:	SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL DE RONDONIA
Nome Fantasia:	SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA - DEP. REGIONAL DE RONDONIA
Situação do Fornecedor:	Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 16/08/2022
Natureza Jurídica:	SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO
MEI:	Não
Porte da Empresa:	Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	Nada Consta
Impedimento de Licitar:	Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas:	Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público":	Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	14/11/2022
FGTS	Validade:	11/06/2022
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	17/09/2022

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	07/07/2022
Receita Municipal	Validade:	09/08/2022

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

	Validade:	31/05/2022 (*)

CPF [redacted] Nome: KAUE CEZAR NITSCHKE
Ass:

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 09/06/2022 12:27:16

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL DE RONDONIA**
CNPJ: **03.783.989/0001-45**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Sistema do CNJ está indisponível**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

FL Nº 64

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TESOURONACIONAL

Data e hora da consulta: 09/06/2022 12:27:36
Usuário: [redacted]

Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados - CADIN

CPF/CNPJ:	Título:	Situação	Total de Registros	0
03783989	SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA - DEPARTAMENTO RE	Adimplente	Há até 30 dias:	
			Há mais de 30 dias:	

Código	Credor	Data/Hora de Inclusão

** Registros incluídos há até 30 dias.*

PROPOSTA TÉCNICA
COMERCIAL

SESI SENAI IEL

Nº 3813/2022
SENAI CETEM PORTO VELHO

Cliente

Razão Social: 17A BASE LOGISTICA
Nome Fantasia: 17A BASE LOGISTICA
CNAE: 8422-1/00
CNPJ: 09.545.602/0001-07
Nome do Responsável: ROSSINALDO BEZERRA DA SILVA
Telefone: (69) 2141-6345 /
Categoria: Governo
***Cartão Vantagem:**
FPAS:
Nº de Colaboradores:
E-mail: COL17BLOGSL@GMAIL.COM

Objetivo do Serviço

Qualificação Profissional.

Escopo

NR 11 TRANSPORTE, MOVIMENTAÇÃO E MANUSEIO - SEGURANÇA PARA OPERADOR DE EMPILHADEIRA 20H

Conscientizar o operador de empilhadeira para com os procedimentos de segurança de acordo com a operação, movimentação, elevação de carga e descarga, estabelecendo uma conduta profissional e segura, bem como, zelar pelo melhor desempenho e rendimento do equipamento, evitando manutenções corretivas, conforme orientação de segurança, operação e recomendação da NR 11.

Investimento

Serviços	Preço (R$) Unitário	Quant.	Valor total geral (R$)
NR 11 TRANSPORTE, MOVIMENTAÇÃO E MANUSEIO - SEGURANÇA PARA OPERADOR DE EMPILHADEIRA 20H PRESENCIAL	R$3.600,00	1	R$3.600,00
TOTAL DA PROPOSTA			**R$3.600,00**

Esta proposta perfaz o valor de **R$3.600,00 (TRÊS MIL E SEISCENTOS REAIS)** a serem utilizados durante a vigência contratual nos serviços descritos no escopo da proposta.

A Soma dos serviços pagos em 01 (uma) parcela.

O pagamento deverá ser feito mensalmente até a data do vencimento que constar no boleto bancário.

O faturamento deverá ser no período de 01 a 31 de cada mês, com vencimento no dia 18 do mês subsequente.

Os valores serão cobrados conforme categoria até dezembro do corrente ano, podendo haver reajuste nos valores para o ano subsequente.

Scanned with CamScanner

PROPOSTA TÉCNICA
COMERCIAL

SESI SENAI IEL

Validade da proposta

A presente proposta tem validade de 30 dias. Após este período poderá modificar quaisquer termos e condições estipuladas nesta proposta.

Informações adicionais

Turma fechada para até 30 alunos.

A aceitação da proposta após seu prazo de validade acarretará em possíveis mudanças de valores e cronograma.

Estão inclusos nesta proposta as despesas de deslocamento, aguardar confirmação de cronograma de atendimento com a empresa.
O uso dos EPI'S durante o treinamento será de responsabilidade do contratante por se tratar de curso IN COMPANY.
O contratante fica responsável em organizar toda documentação do participante para efetivação da matrícula junto ao SENAI, devendo apresentar todos os documentos no aceite da proposta, bem como assegurar que todos os alunos inscritos no curso compareçam as aulas, garantindo o fiel cumprimento do objeto do contrato.

Documentação a ser apresentada:

- Cópia do RG e CPF;
- e-mail;
- Cópia do Comprovante de Residência atualizado;
- Cópia do Comprovante de Escolaridade.

Cláusulas

Confidencialidade
A todo tempo durante o prazo desta PROPOSTA e por um período de 24 meses após o seu término ou rescisão do contrato por qualquer motivo, os partícipes deverão tratar as informações trocadas ou disponibilizadas entre si ou que venham a tomar conhecimento como resultado do desenvolvimento do objeto desta PROPOSTA (doravante denominadas de informações confidenciais), com absoluto sigilo e não deverão revelá-las ou transmiti-las a terceiros, sem a autorização prévia, expressa e por escrito do outro Partícipe.

Política de inadimplência
A falta de pagamentos das parcelas autorizará a Unidade Operacional, não só a inscrever o nome do devedor no Sistema de Proteção ao Crédito (SPC) ou SERASA, bem como interpor cobrança judicial, acrescido do pagamento de custas, despesas judiciais e honorários advocatícios, independente de quaisquer avisos ou notificações judiciais ou extrajudiciais, sem prejuízo das sanções administrativas e acadêmicas cabíveis.

Formalização do Aceite

Com o aceite da proposta, será gerado um contrato com o valor total como credito a ser utilizado pela empresa durante a vigência contratual, neste ato, a empresa somente pagará pelo que for realizado pela Unidade **SENAI CETEM PORTO VELHO**.

Esta proposta constitui-se em um acordo fidedigno entre as partes com respeito ao assunto objeto desta e substituirá e cancelará quaisquer outros acordos anteriores, tanto escritos quanto verbais, entre as partes e terceiros, com relação ao seu assunto objeto, e poderá ser modificada, complementada ou substituída somente mediante acordo por escrito entre as partes.

Scanned with CamScanner

PROPOSTA TÉCNICA
COMERCIAL

SESI SENAI IEL

Esta proposta e todas as controvérsias que se originem dela, ou que se relacionem com o cumprimento dos assuntos nela indicados, serão regidas e interpretadas de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

No caso de qualquer uma das disposições da presente proposta não ser válida ou se tornar inválida ou não aplicável, as demais disposições não serão afetadas.
Li, concordo e aceito as condições descritas na presente proposta.

Data da emissão da proposta: 09/06/2022.

Data do aceite: _____/_____/_____

Representante Legal/Contratante:
ROSSINALDO BEZERRA DA SILVA
Identidade: -
CPF:

Cleber Santos Melo
Gerente da UOP
SENAI CETEM Porto Velho

Narda Patrícia Rodrigues do Nascimento
narda.patricia@fiero.org.br
Relações Com Mercado
(69) 99249-0817

Scanned with CamScanner

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TESOURONACIONAL

Data e hora da consulta: 10/06/2022 10:00
Usuário: ***.277.960-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
160350	17A BASE LOGISTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço		CEP
09.545.602/0001-07	AV PINHEIRO MACHADO, 2243	BAIRRO SAO CRISTOVAO	76804-047

Município	UF	Telefone
PORTO VELHO	RO	(69) 3216-4700/3216-4705/3216-4717

Ano	Tipo	Número
2022	NE	180

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	193894	0100000000	339039	160504	E6SUPLJA6OP

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
09/06/2022	Ordinário	64012002393202253	0,0000	3.600,00

Favorecido

Código	Nome
03.783.989/0001-45	SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA - DEPARTAMENTO RE

Endereço	CEP
RUI BARBOSA 1112 ARIGOLANDIA	76801-186

Município	UF	Telefone
PORTO VELHO	RO	6932163400

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
22	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	XIII	-

Descrição
UG 160350 - DISPENSA 25/2022 CONTRATAÇÃO DE CURSO PARA OPERADOR DE EMPILHADEIRA, CONFORME DIEX N° 93 - DEPOSITO CL I/COL/CMT. DE ACORDO COM PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL 2022 E ALINHADO AO PLANO DE GESTÃO 2020/2023 - OE 03. CRÉDITO 2022NC401456 C O EX DE 19JAN22.

Local da Entrega
AV. PINHEIRO MACHADO, 2243, SÃO CRISTOVÃO, PORTO VELHO - RO

Informação Complementar
16035006000252022 - UASG Minuta: 160350

Sistema de Origem
COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
002	09/06/2022 16:05:33	Alteração

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TESOURONACIONAL

Data e hora da consulta: 10/06/2022 10:00
Usuário: ***.277.960-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	3.600,00

Subelemento 48 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00001 - Curso de operador de empilhadeira - transporte, movimentação e manuseio - segurança para operador de empilhadeira - 20 horas - presencial - 30 alunos.	3.600,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
09/06/2022	Inclusão	1,00000	3.600,0000	3.600,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
ROSSINALDO BEZERRA DA SILVA
***.754.934-**
09/06/2022 16:05:33

Responsável pela Nota de Empenho
JOSE DENIS LIMA DE OLIVEIRA
***.513.143-**
09/06/2022 15:57:14

Versão	Data/Hora	Operação
002	09/06/2022 16:05:33	Alteração